



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV**  
**COLEGIADO DE HISTÓRIA**

**MAILSON MOREIRA DOS SANTOS GAMA**

**SOCIOECOLÓGIAS E ECONOMIA NA EXPLORAÇÃO DO  
SALITRE NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA BAHIA - SÉCULO  
XVIII**

**JACOBINA-BA**

**2022**

**MAILSON MOREIRA DOS SANTOS GAMA**

**SOCIOECOLÓGIAS E ECONOMIA NA EXPLORAÇÃO DO  
SALITRE NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA BAHIA - SÉCULO  
XVIII**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB,  
Departamento de Ciências Humanas – Campus IV,  
curso de História, como requisito parcial para obtenção  
do Grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Helida Santos Conceição

**JACOBINA-BA**

**2022**

MAILSON MOREIRA DOS SANTOS GAMA

**SOCIOECOLÓGIAS E ECONOMIA NA EXPLORAÇÃO DO  
SALITRE NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA BAHIA - SÉCULO  
XVIII**

Monografia submetida à Comissão Examinadora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV, Jacobina – BA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção da graduação do curso de Licenciatura em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador

Prof.<sup>a</sup> Dra. Héliida Santos Conceição

Membro da Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Janaina Zito Losada (UFSB)

Membro da Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Sarita Mota (ISCTE-CIES)

Membro da Banca Examinadora

Prof.<sup>o</sup> Dr. Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB/DCH-IV)

Aprovado em 12 de julho de 2022

JACOBINA – BAHIA

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Construir essa foi desafiante e um exigiu um trabalho intenso, mas que tive pessoas fantásticas que acompanharam o meu percurso. Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família por toda rede de apoio, incentivo e carinho.

A prof. Helida Santos Conceição por ter orientado e acompanhado minhas produções acadêmicas ao longo da graduação. Os nossos diálogos foram repletos de aprendizados, conhecimentos e reflexões. Agradeço imensamente por ser uma incentivadora e acreditar no meu potencial. És uma inspiração pra mim!

Agradeço também aos docentes que colaboraram para a minha formação, vocês foram essenciais. Igualmente agradeço a Cleidiane Araújo (Cleidinha), nossa secretária do colegiado de História, que muito cooperou e auxiliou sempre que necessário.

Aos amigos que a UNEB me deu não tenho palavras para descrever o quanto vocês são mágicos e incríveis, tornaram minha trajetória leve, certamente construímos vínculos para além da academia, vocês são espetaculares. A Lídio Sousa, o meu talismã, agradeço por todo afeto, parceria e cuidado.

## **FIGURAS**

Figura 1: Mapa do território da Capitania da Bahia, compreendido entre o Rio de S. Francisco, o Rio Grande e o riacho chamado Gavião, que divide o termo da Vila do Fanado da Vila do Rio das Contas.....	25
Figura 2: Casa de Pedra localizada no Parque Estadual Serra dos Montes Altos .....	27
Figura 3: Processos utilizados para refinação do nitrato de potássio – século XVIII e XIX .....	33
Figura 4: Planta topográfica da Serra dos Montes Altos .....	52

## **QUADROS**

Quadro 1: Relação dos oficiais para o estabelecimento da fábrica de salitre dos Montes Altos em 1761.....	39
Quadro 2: Aldeamentos responsáveis por fornecer índios para o trabalho no salitre entre 1697 - 1706.....	45
Quadro 3: Expedições científicas em busca de minas de salitre na América Portuguesa (século XVIII e XIX).....	58

## **ABREVIATURAS**

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I - O Salitre como recurso natural da monarquia pluricontinental portuguesa	21
1.1 Salitre: historicidade e ambientes geológicos	22
1.2 O salitre como recurso bélico do império português	28
1.3 Técnicas de mineração do salitre na América Portuguesa	32
1.4 Ofícios do salitre	37
Capítulo II - Os contextos políticos da exploração do salitre ao longo do século XVIII na capitania da Bahia	42
2.1 Salitre nos Montes Altos: prospecção, comissão e exploração	50
2.2 O Salitre e as expedições filosóficas	55
Considerações finais	62
Referências	65
1. Fontes Manuscritas	65
2. Fontes bibliográficas	67

## RESUMO

Desde o século XVI, a Coroa e súditos mantiveram ativos interesses em descobrir jazidas minerais nas conquistas da América portuguesa. A confirmação de minas de salitre, contudo, ocorreu em finais do século XVII, mas foi somente ao longo do século XVIII que a coroa portuguesa efetivou a exploração do mineral, instalando fábricas de refino de salitre nos sertões baianos. Este estudo dedicou-se a demonstrar os expedientes socioecológicos de exploração de salitre na região da Serra dos Montes Altos, próxima à bacia hidrográfica do Rio de São Francisco. A partir dos aportes teóricos recentes da História Social, História Ambiental e das ciências naturais buscou-se uma visão histórico-ambiental a respeito dos recursos naturais da América portuguesa. A documentação que subsidiou a pesquisa foi selecionada no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Argumenta-se que este mineral por ser a principal matéria prima da fabricação de pólvora foi um produto estratégico para a soberania militar portuguesa e poderia amparar o processo de expansão das fronteiras internas, garantindo supremacia bélica portuguesa em diversos espaços do ultramar.

**Palavras-chave:** Salitre; Recurso natural; Sertão baiano.

## ABSTRACT

Since the sixteenth century the Crown and subjects kept active interests in discovering mineral deposits in the conquests of Portuguese America. The confirmation of saltpeter mines, however, occurred in the late seventeenth century, but it was only during the eighteenth century that the Portuguese crown effectively exploited the mineral, installing saltpeter refining plants in the Bahian hinterlands. This study was dedicated to demonstrate the socio-ecological expedients of saltpeter exploration in the region of Serra dos Montes Altos, near the hydrographic basin of the São Francisco River. A dialog between Environmental History and Social History was established. The documentation that subsidized the research was selected from the digital collection of the Arquivo Histórico Ultramarino AHU (Overseas Historical Archive), Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira (Brazilian Virtual Memory Network Project) and Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (National Library of Rio de Janeiro). Finally, this mineral, as the main raw material for the manufacture of gunpowder, was a strategic product for the Portuguese military sovereignty and could support the process of expansion of internal borders, guaranteeing Portuguese military supremacy in various overseas spaces.

**Keywords:** Saltpeter; Natural resource; Bahian hinterlands.

## Introdução

O salitre como é conhecido popularmente o nitrato de potássio, origina-se nas chamadas nitreiras<sup>1</sup>(artificiais ou naturais), espalhadas por diversas partes do mundo e a história de sua exploração está intimamente ligada ao desenvolvimento bélico mundial, uma vez que tem papel central na composição da pólvora<sup>2</sup>. A pólvora constituiu-se de um composto explosivo obtido mediante a mistura de enxofre, carvão e salitre. O seu uso foi disseminado pela Europa a partir do século XIV, revolucionou os métodos de guerra dos emergentes estados europeus e tornou-se essencial na constituição de uma força armada poderosa<sup>3</sup>.

A expansão marítima portuguesa iniciada no século XV logrou a conquista de novas áreas no ultramar, a exemplo dos territórios da América Portuguesa e do oriente como foi o caso de Goa nas possessões da Índia. Tais conjunturas despertaram o interesse pela produção da pólvora em Portugal, contudo aquele reino não possuía grandes fontes de salitre em suas terras peninsulares e assim passou a incentivar a busca e exploração deste recurso em suas áreas de conquista. É neste contexto inicial de prospecção que Portugal instala grande parte de suas fábricas e arsenais em suas terras localizadas na Índia<sup>4</sup>.

Do ponto de vista da monarquia pluricontinental<sup>5</sup>, este mineral era eficaz para a manutenção da soberania portuguesa na Europa, mas sobretudo poderia garantir a soberania militar portuguesa acarretando processos de expansão de suas fronteiras internas e necessidade da defesa de novos territórios. No período colonial as pesquisas de

---

<sup>1</sup> Nome dado às terras salitradas, podendo também ser chamadas de salitreiras ou minas de salitre. Cf.: FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. Química Nova, vol. 31, No.6, 845 – 850, 2008.

<sup>2</sup> GANDOLFI, Haira Emanuela & FIGUIERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 281.

<sup>3</sup> GOMES, M. C. A. PILÓ, L. B. As minas de salitre: a exploração econômica das cavernas em Minas Gerais nos fins do período colonial. Espeleotema, São Paulo, v. 16, 1992. p. 85.

<sup>4</sup> MASCARENHAS, José Manuel de. Portuguese overseas gunpowder factories, in particular those of Goa (India) and Rio de Janeiro (Brazil). In: BUCHANAN, Brenda J. (Org.). Gunpowder, Explosives and the State: A Technological History. Burlington: Ashgate Pub Co, 2006, p. 183-205.

<sup>5</sup> A monarquia pluricontinental portuguesa é um conceito operativo formulado pela primeira vez por Nuno Monteiro e tem sido difundida nos trabalhos do Grupo de pesquisa “Antigo Regime nos Trópicos” (ART/CNPq). Com esta hipótese de trabalho a Monarquia é entendida como um só reino – o de Portugal, uma só nobreza solar, mas composta pelas suas diversas áreas de conquistas extra europeias. Nela há um grande conjunto de leis, regras e corporações, concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos, que engendram aderência e significado às diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII.” Tempo. Niterói, v. 14, n. 27, dez/2009, p. 42.

reservas de salitre nos sertões da América Portuguesa datam de, pelo menos, finais do século XVI<sup>6</sup>. No início do século XVII, começaram a circular junto ao Conselho Ultramarino as primeiras notícias da existência e ocorrência deste mineral nas terras do interior da Capitania da Bahia.

Ao longo dos seiscentos e setecentos, a Coroa portuguesa manteve interesses nas buscas por metais preciosos, principalmente no que dizia respeito à exploração da prata e do salitre dos quais esperava-se retirar resultados efetivos<sup>7</sup>. Dessa forma, incentivou-se a produção do salitre e muitas cavernas salitradas foram descobertas pelos viajantes e sertanistas, especialmente pelas expedições que desbravaram o sertão baiano do vale do rio São Francisco e parte norte de Minas Gerais<sup>8</sup>.

Sendo assim, a partir da história ambiental e a interdisciplinaridade que o campo apresenta, este trabalho propõe o estudo do salitre como recurso socioecológico na capitania da Bahia ao longo do século XVIII, contribuindo para um conhecimento mais denso das condições ambientais e do impacto econômico de exploração e beneficiamento do salitre nos sertões da Bahia. Este mineral serviu como um aparato inteiramente ligado aos interesses políticos e econômicos da coroa portuguesa para a conquista e ocupação do Sertão Baiano.

Donald Worster caracteriza a história ambiental como parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a História Ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural" e que as consequências ecológicas dos seus feitos passados poderiam ser ignoradas<sup>9</sup>.

As primeiras observações da existência de minas de Salitre na Capitania da Bahia foram dadas por Gabriel Soares de Souza ao escrever o Tratado Descritivo do Brasil<sup>10</sup>. Algumas

---

<sup>6</sup> SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão baiano. São Paulo: Edusp, 2017, p. 333.

<sup>7</sup> CONCEIÇÃO, Héli da Santos. *O Sertão e o Império: As vilas do ouro na capitania da Bahia, Século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 342.

<sup>8</sup> GOMES & PILÓ. op. Cit., 1992. p. 85.

<sup>9</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 199.

<sup>10</sup> SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

décadas depois, em 1609, Belquior Dias Moreia (o Moribeca) confirmou a existência de minas salitrosas quando fez uma extensa expedição pelo sertão do rio de São Francisco, destacando as serras da Bahia como importantes nitreiras. A confirmação de terras salitradas trouxera como consequência imediata a continuidade de expedições exploratórias que acabariam por influenciar os expedientes da conquista portuguesa nos sertões baianos.

Poucas iniciativas foram empreendidas nos primeiros séculos de colonização, entre elas a expedição com o auxílio do Sertanista Pedro Barbosa Leal<sup>11</sup> que levou D. João de Lencastre ao sertão de Itabaiana em busca de salitreiras. Após o sucesso da expedição, no ano 1697 foi instalada duas fábricas no interior baiano nas quais Pedro Barbosa Leal foi provido como administrador, com o intuito de extrair esse mineral para ser utilizado na fabricação de pólvora<sup>12</sup>.

Entretanto, a fábrica durou poucos menos de 10 anos. Alguns fatores foram decisivos para a interrupção da exploração desse empreendimento, tais como a dificuldade de transportar esse material até a cidade de Salvador, arregimentação da mão de obra (composta basicamente de índios aldeados) e sobretudo os altos custos da Real Fazenda, contribuíram para a decisão de fechar a fábrica. As fontes primárias revelam o salitre sempre como componente difícil de obter, uma vez que sua ocorrência natural depende de condições que impeçam sua dissolução pela água, dado que o mineral é altamente solúvel<sup>13</sup>. Dessa forma, qualquer acúmulo superficial deste mineral, exposto a chuvas, seria completamente dissolvido e escoado com as enxurradas<sup>14</sup>.

As primeiras experiências com o mineral incentivaram novas expedições salitrosas e de outros recursos minerais, culminando assim em novos descobrimentos e novas formas de se extrair o salitre. Ao longo do século XVIII, a monarquia portuguesa erigiu fábricas de salitre na Serra dos Montes Altos, a qual continha uma localização geográfica estratégica com acesso aos caminhos para vários pontos da capitania da Bahia, de Minas Gerais e

---

<sup>11</sup> Pedro Barbosa Leal foi um importante tenente e sertanista que adquiriu notoriedade e conseguiu adentrar no restrito circuito social das melhores famílias baianas, era um sertanista erudito, dominava a prática letra com rigor e clareza. Destaca-se ainda, a sua participação em redes clientelares, formadas entre os funcionários régios e a elite local. CONCEIÇÃO, op. cit. p. 384.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 368.

<sup>13</sup> PIVA, Teresa C. C. FILGUEIRAS, Carlos A. L. O fabrico e uso da pólvora no Brasil Colonial: o papel de alpoim na primeira metade do século XVIII. *Quim. Nova*, Vol. 31, No. 4, p. 930.

<sup>14</sup> FARIA, Luciano Emerich. *Mineralogistas e seus estudos sobre os minerais úteis nas Minas Gerais dos períodos colonial e imperial*. Tese (Doutorado em Química) - Departamento de Química, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019, p. 32.

Goiás. Havia ainda rotas fluviais com suprimentos de mercadorias que circulavam entre as regiões do São Francisco e adjacências<sup>15</sup>, sendo uma serra formada de rocha nitrosa até a base do monte e com eflorescências de nitro<sup>16</sup>.

Nas palavras de José de Sá e Accioli a serra dos Montes Altos,

[...] que não é outra mais do que um ramo da grande serra, que atravessa do Rio de Janeiro à Bahia, é situada entre a Villa do Urubu, o Arraial do Castilhè da parte d'Oeste da Estrada geral, que segue da Bahia para Minas, ficando entre a Estrada de Minas, e a de Goiás, que lhe passa à légua e meia desviada; a sua direção é de Leste Sudeste para Oeste Noroeste, formando diferentes ângulos, cuja figura representa uma grande Fortaleza com guaritas naturais em alguns ângulos, formando por cima uma bateria plana, sendo para cima de vinte léguas pela face do Leste, aonde ela forma a muralha com dois filões escarpados uns sobre os outros, que parecem duas serras uma por cima da outra, deixando às vezes algum espaço de terreno entre um e outro filão, porém íngreme bastante<sup>17</sup>.

Spix e Martius, naturalistas que percorreram e fizeram uma ampla expedição desde o Rio de Janeiro até a Amazônia entre os anos de 1817-1820, em seus relatos de viagem descrevem a Serra dos Montes Altos como grandes bancos baixos de um granito avermelhado, os quais ora são inteiramente despídos de vegetação, ora estavam cobertos de filas fechadas de cactos. Ao se aproximarem perceberam a serra com muitas montanhas e outeiros<sup>18</sup>.

Apesar da existência de fontes históricas (documentos manuscritos, mapas históricos, memórias históricas) sobre o salitre no período colonial e da menção da importância da exploração do mineral em inúmeros relatos e expedições de viagens, a historiografia baiana referente à mineração no período colonial dedicou-se ao estudo da exploração aurífera, sobretudo focando as vilas da Jacobina e Rio de Contas. Em uma visão ampla, poucos são os trabalhos que mencionam sobre a exploração de salitre na região do Rio São Francisco.

Em seu estudo sobre a conquista e ocupação do sertão baiano (1640-1750), Márcio Roberto Alves dos Santos ao analisar a exploração de salitre na Bahia, salientou que a

---

<sup>15</sup> MIRANDA, Rosângela Figueiredo. “Em diligência de se libertar”: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - Termo de Monte Alto (1810 - 1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, p. 17.

<sup>16</sup> ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Sobre os meios econômicos de realizar a extração do salitre nos Montes Altos. RIHGB, ano 163, nº416, pag. 309-316, jul./set. de 2002.

<sup>17</sup> ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Memória sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes-Altos. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, v. 3-4, 1845, p. 88.

<sup>18</sup> SPIX, F. Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Segundo volume. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017, p. 169.

implantação de fábricas de refino do mineral nos sertões baianos atrelada a condição lacunar da ocupação podia levar a desmobilização de unidades econômicas e ao recuo das frentes de expansão e valorização dos espaços conquistados. E que as causas dessa descontinuidade podiam estar não somente na retomada indígena de terras conquistadas, mas também na resistência oferecidas pelo próprio meio<sup>19</sup>.

Assim, compreende-se que a conquista e colonização dos sertões baianos esteve conectada com as tentativas de exploração de recursos minerais, inclusive do salitre. Inicialmente isso ocorreu através das expedições armadas de prospecção de salitre, atreladas aos interesses geopolíticos nos sertões da região do Rio São Francisco e em seguida com a instalação das fábricas de refino, as quais garantiriam a efetivação da colonização portuguesa naquele território, além de alianças com os nativos e utilização da mão de obra indígena nas fábricas.

A partir dos discursos e representações dos agentes coloniais (autoridades, missionários e colonos), Solon Natalício investigou as experiências históricas da etnia Payayá, durante os séculos XVII e início do XVIII. O autor percebeu que os povos indígenas tiveram um importante papel diante do movimento de expansão e ocupação colonizadora das terras do Sertão das Jacobinas, assinalando ainda que a mão de obra utilizada para a extração e transporte do salitre era de indígenas dos grupos Payayá, Sapoiá, Secaquerinhens e Cacherinhens, aldeados por missionários e fornecidos para o serviço do mineral<sup>20</sup>.

Ao estudar as relações estabelecidas entre os sertões das capitânicas da Bahia e das Minas Gerais, Isnara Ivo considerou que o transporte do salitre aos portos da Bahia fomentou a abertura de caminhos que abrigou diferentes diálogos culturais entre povos, saberes e técnicas de distintos lugares do império português<sup>21</sup>. Segundo a autora, as ligações causadas pelo transporte do salitre conectaram os sertões diretamente com o mundo atlântico intensificando novos nexos e transposições<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> SANTOS, op. Cit., 2017, p. 337.

<sup>20</sup> SANTOS, Solon Natalício Araújo de. Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 78.

<sup>21</sup> IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009, p. 12.

<sup>22</sup> Idem, p. 99.

Contudo, o trabalho de Isnara Ivo, como os outros citados anteriormente, apresentam a análises de pouco aprofundamento da dimensão ambiental da exploração de salitre. Percebe-se que a temática ambiental nas produções historiográficas sobre a mineração na Bahia Colonial ou das relações da sociedade com a natureza, raramente foram exploradas pela historiografia dedicada ao período e quando o foi realizou-se uma abordagem tradicional, pela via econômica ou pela aproximação descritiva do meio biofísico<sup>23</sup>.

Entretanto, é importante salientar que o tema da natureza não é uma completa novidade, e marcou as análises de vários importantes estudiosos da história do Brasil e de vários outros países, como França e Inglaterra. No caso do Brasil, poderíamos destacar autores clássicos<sup>24</sup> como João Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda em cujas obras, ainda na primeira metade do século XX, trouxeram estudos magistrais acerca das relações entre a sociedade e natureza<sup>25</sup>.

Os autores citados discorreram sobre os rios, as matas, os animais, a diversidade da vida e os desequilíbrios gerados pela destruição analisaram o território como um espaço constituído pela história, numa perspectiva de interdependência entre o homem e o seu meio<sup>26</sup>. Apesar da relevância das obras clássicas é importante destacar que esses historiadores criavam sentidos para a natureza e muito desses sentidos continuam valendo para nós atualmente, mas dialogavam com o Brasil de seu tempo<sup>27</sup>. Juntamente como os relatos de viagens do século XIX e XX produzidos por viajantes, diplomatas, militares e naturalistas estrangeiros são consideradas produções que estimularam a reflexão ambiental e que serviriam como fontes preciosas para os historiadores ambientais.

A discussão com a História Ambiental proporciona novas constatações para pensarmos não somente a história social dos sertões, mas as variadas lógicas de funcionamento do espaço dos sertões no Antigo Regime nos trópicos. Dessa forma, a investigação do salitre como um recurso socioecológico estratégico apresenta novas possibilidades de análise e compreensão a respeito dos recursos ecológicos presentes nos sertões da América lusa,

---

<sup>23</sup> CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza Política das minas: mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII. Belo Horizonte: Letramento, 2019, p. 25.

<sup>24</sup> Para saber mais sobre a importância desses autores para História Ambiental consultar o artigo DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, D. 8 a. 1991.

<sup>25</sup> DUARTE, Regina Horta. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 88.

<sup>26</sup> DUARTE, op. Cit., p. 93.

<sup>27</sup> Idem, p. 92.

sobretudo por incorporar as variáveis ecológicas (como clima, solo, hidrografia, etc.), não mais como elementos externos, mas como componentes de um quadro explicativo mais amplo e complexo<sup>28</sup>.

Como campo de pesquisa, a história ambiental, apresenta um diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais, inclusive as aplicadas – pertinente aos entendimentos dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas<sup>29</sup>. No caso do salitre, as ciências naturais são indispensáveis para entender as áreas propícias para as ocorrências do mineral e tantos outros fatores ecológicos, evidenciando como esses agentes não-humanos foram de suma importância para criação de estratégias que impactaram diretamente as relações humanas no ultramar.

Além do mais, o campo se apresenta por conta da importância da grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente. Sendo assim, o historiador ambiental pode utilizar fontes variadas, desde inventários de recursos naturais até atas judiciais, legislativas, as quais possibilitariam um estudo sobre conceitos, os usos, os valores e a disponibilidade de recursos naturais<sup>30</sup>.

Portanto, a História Ambiental é um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de "colocar a sociedade na natureza" e no equilíbrio com que busca a interação e a influência mútua entre sociedade e natureza<sup>31</sup>. Para Cabral e Mota (2020) a trama da existência colonial só se completa com a inclusão da dimensão ambiental na medida em que o discurso dos atores humanos – ainda que sempre estruturado a partir da mentalidade corporativa e católica – precisava incorporar a diversidade e a dinâmica das terras habitadas, nunca completamente controladas pelos humanos<sup>32</sup>.

A História Ambiental abre uma nova indagação sobre o tempo, sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se integram aos

---

<sup>28</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. In: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: jan/jun, 2008. p.116.

<sup>29</sup> Idem, p. 181.

<sup>30</sup> WORSTER, op. Cit., p. 183.

<sup>31</sup> DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, D. 8 a. 1991, p. 185.

<sup>32</sup> CABRAL, Diogo & MOTA, Maria Sarita. Escrita e governança socioecológica no Antigo Regime tropical. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; et al. (orgs.). História Ambiental: Natureza, Sociedade, Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 16.

processos econômicos e tecnológicos que marcaram o curso da história moderna<sup>33</sup>. Portanto, busco ir além das redes políticas para abarcar os grandes processos de transformação socioecológica engendrados pelas relações dinâmicas entre os usos e prospecções dos ecossistemas locais, a comunicação/interpretação desses desenvolvimentos e o rearranjo das mentalidades e das políticas coloniais<sup>34</sup>.

A metodologia deste estudo envolveu a leitura de bibliografia sobre a mineração no século XVIII, como também aportes teóricos recentes da História Social, História Ambiental e das ciências naturais. Consistiu também na seleção, organização e transcrição de fontes documentais no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino AHU, Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Essa documentação é composta essencialmente da comunicação política efetuada entre a coroa portuguesa e autoridades coloniais do além-mar sobre a exploração de salitre nos sertões baianos.

Através de trocas de cartas, provisões, ofícios e requerimentos foi possível perceber a montagem para a implantação de fábricas de refinação de salitre no sertão baiano, assim como as estratégias para o recrutamento da mão de obra, basicamente indígena e/ou escrava, necessárias para o refino do salitre. Tornando possível identificar informações sobre a parte estrutural da fábrica, tais como os instrumentos e materiais utilizados para o refino do salitre, a construção de armazéns para estocagem do mineral, como também a relevância dos mestres refinadores, oficiais capacitados para o labor do salitre.

Buscou-se construir não somente uma periodização ao longo do século estudado, mas também estabelecer quais os expedientes técnicos, sociais, econômicos e políticos que influenciaram na dinâmica local e tornaram possível levantar informações cruciais sobre o mineral e suas relações com a formação de um espaço econômico no sertão baiano, considerando a complexidade da dinâmica imperial portuguesa, abrangendo as questões locais que tanto matizavam o caráter dos poderes do centro e que privilegiou a dinâmica imperial e o autogoverno dos povos<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. Tradução: Ely Bergo de Carvalho. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p. 12.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>35</sup> LOUREIRO, Marcelo José Gomes. A gestão da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668): notas de pesquisa. In: Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII / Rafael Chambouleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014, p. 170.

Com isso, buscou-se uma postura metodológica que, com efeito, recuperasse um mundo histórico mais integral. Por isso, um argumento implícito na maior parte da historiografia ambiental é o de que “ambientes” não são quadros de referência, mas configurações dinâmicas. Já não se trata como faziam os geógrafos do passado de fazer suceder ao exame do meio biofísico a história do povoamento humano<sup>36</sup>.

A monarquia pluricontinental não funcionava num vácuo; concretamente, ela demandava a coordenação de feitorias-fortalezas, vilas, cidades e plantações nas costas de todos os oceanos do mundo, a partir de centros de comando, sobretudo Lisboa<sup>37</sup>. Se considerarmos a sociedade e a natureza em seu devir histórico, percebemos que as significações e os simbolismos construídos acerca da natureza são tão dinâmicos e mutáveis como as identidades que as sociedades constroem para si. Não existe a natureza, objeto fixo e imutável, estável e estabelecido, entidade de sentido trans histórico<sup>38</sup>.

A história ambiental abre um leque de possibilidades de análise de um processo histórico no qual a natureza não é apenas um plano de fundo, mas começando a considerar que a História Humana é parte de uma História maior com muitos agentes inseridos, um espaço físico e recursos ambientais que têm dinâmicas próprias<sup>39</sup>. Reconhecendo assim a historicidade dos fenômenos naturais.

As ciências naturais, além de "aliadas", podem ajudar a entender os padrões de uso dos recursos naturais<sup>40</sup>, por isso é de suma importância a interação entre a pesquisa histórica e as ciências da natureza, ampliando discussões e novas formas de compreender as relações dos colonos e a exploração de recursos ecológicos nas áreas de conquista do império português. Os cientistas naturais nos dizem que no ecossistema tudo tem um papel e, portanto, tudo influencia o funcionamento do todo; inversamente, todas as coisas são afetadas por estarem num ecossistema<sup>41</sup>. Conforme salienta Paulo Henrique Martinez<sup>42</sup>,

---

<sup>36</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, v. 31, 2014, p. 148.

<sup>37</sup> CABRAL, op. cit., 2008, p. 8.

<sup>38</sup> DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. Luso-Brazilian Review, v.41, n.2, 2005, p. 154.

<sup>39</sup> CABRAL & MOTA, op. cit., 2020, p. 6.

<sup>40</sup> DRUMMOND, op. cit., 1991, p. 177.

<sup>41</sup> WORSTER, op. cit., 1991, p. 207.

<sup>42</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Natural Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007, p. 23.

A História Ambiental delinea-se como um campo fecundo na exploração de novos temas, dos métodos de pesquisa e de interpretação, das fontes e documentação, disponíveis ou potenciais, para o trabalho dos historiadores e historiadoras. A história ambiental forja, necessariamente, novos instrumentos de explicação da vida social e econômica, sempre com boas perspectivas do diálogo interdisciplinar.

O salitre como todo mineral tem áreas propícias para a formação mineralógica, barreiras naturais, entre tantos outros fatores; e esses agentes não-ativos foram de suma importância para criação de estratégias dos agentes coloniais que moldaram e impactaram diretamente as relações sociais, políticas e econômicas nas áreas de conquista.

Por outro lado, é importante observar ao mesmo tempo que os mapas e memórias produzidas sobre as minas de salitre não se fizeram apenas em função de aspectos sociais, mas também de elementos do meio físico. Nesse sentido, é bastante emblemático como engenheiros e administradores públicos enfatizaram a importância de conhecer os chamados obstáculos da natureza, adaptando suas propostas à coexistência com quedas d'água, rochas e vegetação local<sup>43</sup>.

Na Rede Memória Virtual Brasileira foi localizado a planta topográfica da Serra dos Montes Altos, a qual é de suma importância para entender o espaço em estudo, uma vez que apresenta a cartografia dos resultados dos exames realizado na Serra dos Montes Altos em 1758, demarcando as minas de salitre e trazendo descrições geográficas das amostras retiradas e enviadas para Lisboa. Entretanto, além da função descritiva da geologia local, esses documentos cartográficos foram instrumentos políticos quando utilizados durante os processos de solicitação de mercês pois serviam como prova documental do serviço régio realizado em prol do achamento de riquezas minerais<sup>44</sup>.

No IHGB encontrou-se uma memória com informações minuciosas sobre a exploração de salitre na Bahia. Este importante documento foi escrito pelo naturalista José Bittencourt de Sá e Accioli<sup>45</sup> e foi intitulada “Memória sobre do terreno nitroso oferecida

---

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Gabriel Pereira. “Basta olhar para o mapa”: cartografia e história ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, 5.1. 2016, p. 58.

<sup>44</sup> RODRIGUES, Carmem Marques. OS MAPAS DAS PEDRAS BRILHANTES: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771). 171f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014, p. 69.

<sup>45</sup> José de Sá Bittencourt Accioli (1755-1828) nasceu em Caeté, Minas Gerais, em 1755. A situação da família, proprietária de minas de ouro, permitiu a Accioli estudar na Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em Filosofia Natural, em 1787 (*Anais de BNRJ*, vol.62, pp. 137-335). Por ocasião da Inconfidência Mineira foi acusado de participação no movimento, fato que provocou uma retirada para a

ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar”, a qual descreve os meios econômicos para a extração do salitre de Montes Altos, alguns caminhos para ir aos Montes Altos, além de trazer aspectos sobre a despesa das fábricas, transportes do salitre e algumas estratégias para que o empreendimento da fábrica apresentasse resultados produtivos para a Fazenda Real. Esta memória está dividida em três tópicos principais.

O primeiro trata do governo nos sertões. Neste tópico, Accioli ressalta a necessidade da implantação de um governo no local e da administração da justiça no território, os quais seriam de suma importância para respeitar as leis e castigar em galés no serviço da serra os malfeitores dissolutos, ladrões e matadores para exemplo dos maus e segurança dos bons<sup>46</sup>. Em seguida, o naturalista trata do clima mostrando que o salitre é perceptível em alguns períodos do ano, se a estação fosse mais úmida na região ou estivessem as terras borrifadas, uma condicionante geocológica que determina que a produção do Nitro fosse maior na Serra. E por fim, trata da exportação apontando que poder-se-ia extrair o recurso da serra dos Montes-Altos, fazendo a condução pelo Rio de S. Francisco as quais deveriam ser carregadas por ‘bestas’ e dali serem transportadas em barcos por dezenas de léguas até chegar-se ao primeiro porto localizado acima da cachoeira de Paulo Affonso. Após este expediente dever-se-ia conduzir o mineral em cavalgaduras até o porto debaixo da cachoeira onde seria transferido para canoas e conduzido até o porto da folha, para dali se embarcarem lanchas e sumacas até a Bahia<sup>47</sup>.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. No capítulo I realizou-se um estudo voltado aos aspectos técnicos do salitre, perpassando sua formação, ocorrências e características mineralógicas e geológicas das Serras dos Montes Altos. Em seguida, a partir da bibliografia existente sobre a utilização de pólvora negra no império português, evidenciou-se a importância bélica do mineral e a história da prospecção do salitre nas áreas de conquista vinculada aos interesses militares de Portugal. Por fim, destacou-se a

---

Bahia, onde foi preso. Para se livrar das acusações, teve o socorro de sua tia que conseguiu a liberdade do sobrinho com "documentos de peso", ou seja, 2 arrobas de ouro (Biake, 1899). Liberto, se estabelece na Bahia por meio da cultura de algodão. Por ordem régia, é encarregado de explorações mineralógicas na região de Montes Altos, na Bahia *apud SILVA*, Clarete Panharos da. GARIMPANDO MEMÓRIAS: As ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. UNICAMP. Campinas, São Paulo. 2002, p. 109.

<sup>46</sup> ACCIOLI, op. Cit., 1799, p. 105.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 109.

importância dos oficiais que eram fundamentais para o beneficiamento do salitre nos Montes Altos.

O capítulo II discute os contextos políticos da exploração do salitre na Capitania da Bahia ao longo do século XVIII. Inicialmente, abordou-se os expedientes das primeiras expedições militares em busca do mineral nos sertões baianos e as estratégias régias para o estabelecimento de fábricas de refinação de salitre. Em seguida destacou-se indivíduos que participaram ativamente dos estudos, exames e averiguações dos terrenos nitrosos. Por último, dissertou-se sobre as expedições filosóficas e a importância dos naturalistas para os estudos do salitre na América Portuguesa.

## **Capítulo I - O Salitre como recurso natural da monarquia pluricontinental portuguesa**

O meio ambiente contém inúmeras possibilidades para a compreensão das relações entre Estado e sociedade, no passado e no presente<sup>48</sup>. Na historiografia baiana, raramente o conjunto de representações acerca dos sertões da América Portuguesa contemplou a complexidade e historicidade dos recursos naturais no período colonial. Certamente, o revisionismo histórico acerca da colonização, ocorrido nas últimas décadas, tanto em Portugal como no Brasil, têm desenvolvido uma nova historiografia sobre o império português.

Essas produções contribuíram para um revisionismo historiográfico do império português e da sociedade de Antigo Regime, mostrando a importância das áreas de conquistas portuguesas que em grande medida resultavam da constelação de pactos e poderes entre o centro e as periferias do império. Sob forte influência da micro-história italiana, destaco os pesquisadores do Antigo Regime nos Trópicos (doravante ART), os quais propõem uma forma de análise da monarquia portuguesa através dos espaços, agentes coloniais e canais de comunicação política, a partir do conceito de economia do bem comum, da dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, sistema de mercês, distribuição de ofícios administrativos e pelo exercício do poder concelhio<sup>49</sup>

Todavia, apesar dos proeminentes trabalhos produzidos, mesmo as produções que consideram os aspectos econômicos e a natureza, quase sempre a figura central das temáticas são humanos, não abarcando a presença dos não-humanos na monarquia pluricontinental portuguesa. Os não humanos, por mais “surdos” ou “silenciosos” que pareçam possuem uma linguagem bem expressiva<sup>50</sup>. Desse modo, todas as fontes históricas que tradicionalmente consideramos como estritamente “antropogênicas” contêm, necessariamente, rastros da criatividade do mundo natural<sup>51</sup>.

Ao analisar as fontes históricas da exploração de salitre nos sertões baianos, tanto em aspectos ecológicos e geológicos, quanto em termos humanos e culturais, enxerga-se por

---

<sup>48</sup> MARTINEZ, op. cit., 2007, p. 16.

<sup>49</sup> FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império, *Penélope* 23 (2000), p. 67.

<sup>50</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014, p. 29.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 30.

toda parte a mescla indissociável de múltiplas agências<sup>52</sup>. Para qualquer porção da superfície terrestre que voltemos os olhos<sup>53</sup>, formações rochosas pedem a nossa ajuda para contar histórias de movimentos tectônicos, recursos minerais ou outros processos físicos. No período setecentista, ainda que a noção teórica da ideia de natureza como meio biofísico não existisse em termos de experiência histórica, é possível perceber que já se pensava a natureza como meio biótico<sup>54</sup>. Meio ambiente, portanto, é uma construção histórica e ao mesmo tempo material e simbólica. Material, porque sua composição física pode ser modificada pela técnica eminentemente humana<sup>55</sup>. Simbólica, porque constroem-se e reconstroem-se representações da natureza, ou seja, formas de pensá-la que mudam ao longo do tempo<sup>56</sup>.

A História Ambiental nos possibilita perceber como a natureza apresentou-se como influenciadora e também como resultante dos processos de exploração do salitre engendrados pelo homem e pela evolução natural da paisagem<sup>57</sup>. Embora baseada na imaterialidade do prestígio e da honra, a sociedade corporativa do Antigo Regime português também era produzida e reproduzida por meios biofísicos<sup>58</sup>.

Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica estritamente ao meio biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica<sup>59</sup>. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, explica-se exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos<sup>60</sup>.

### **1.1 Salitre: historicidade e ambientes geológicos**

---

<sup>52</sup> CABRAL, op. Cit., 2014, p. 153.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>54</sup> CAPANEMA, op. cit., 2019, p. 44.

<sup>55</sup> MASSEI, Roberto Carlos. Argila: A difícil relação com a natureza. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Natural Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007, p. 228.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>57</sup> WORSTER, op. Cit., p. 212.

<sup>58</sup> CABRAL & MOTA. op. Cit, 2020, p. 6.

<sup>59</sup> PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados* (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010, p. 94.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 94.

O salitre (de fórmula química  $KNO_3$ ) forma-se em solos e superfícies úmidas em países de clima quente<sup>61</sup>. Tais eflorescências aparecem, em particular, em áreas geográficas caracterizadas por abundantes depósitos de matéria orgânica e em que o clima seja quente e com uma estação seca prolongada e regular, durante a qual haja a possibilidade de tal matéria sofrer decomposição, sem ser transportada pela água das chuvas<sup>62</sup>. Comumente, o nitrato de potássio aparece junto a outros nitratos, como o nitrato de cálcio e o nitrato de magnésio, necessitando assim de sua extração e posterior purificação, através de processos de lixiviação e cristalização<sup>63</sup>.

Desde a época dos primeiros desbravadores, feições geológicas ofereciam aos viajantes e exploradores as paisagens de formações quartzíticas e calcárias dos supergrupos geológicos do Espinhaço e São Francis. Os mapas ao longo do século XVIII e início do XIX, demonstram que as ocorrências de salitre foram descritas em regiões próximas a bacia do Rio São Francisco, indicadas como serras, morros e montes<sup>64</sup>. Contudo, para a correta localização das primeiras citações sobre o salitre no território português é preciso levar em consideração a geologia local<sup>65</sup>.

Nesse sentido, entender a geologia local do território estudado contribui para a compreensão de fenômenos sociais, tais como a ocupação do território, as migrações e os ciclos econômicos que perpassaram a exploração de salitre na Bahia<sup>66</sup>. Apesar das explorações de salitre terem ocorridos ao longo do século XVIII, a localização das nitreiras, somada à criação de gado e atividades agrícolas, atraíram indivíduos de diferentes lugares a se estabelecerem na região dos Montes Altos<sup>67</sup>.

Esta geologia é caracterizada por oferecer grande número de cavidades naturais (grutas, lapas ou cavernas) que, de acordo com livros e manuais europeus sobre pólvora da época moderna, eram propícios de serem salitreiras ou nitreiras (ou ainda nitradeiras) naturais. Tratam-se de áreas de solo com características alcalinas, propícias à decomposição e

---

<sup>61</sup> GANDOLFI & FIGUEIRÔA, op. cit., 2014, p. 285.

<sup>62</sup> QUINTELA, A. *et al.* A fábrica de pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos. Oieras: Portugal, 1995, p. 34.

<sup>63</sup> GANDOLFI & FIGUEIRÔA, op. cit., 2014, p. 285.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>66</sup> FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; GIUSTINA, Carlos Christian Della. O estudo do ambiente físico como base para a história ambiental: a geologia como cenário da ocupação humana no estado de Goiás. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). História Ambiental: natureza, sociedade e fronteira. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 3, p. 29.

<sup>67</sup> MIRANDA, op. cit., 2018, p. 49.

oxidação de material orgânico rico em nitrogênio e consequente fixação na forma de nitratos ( $KNO_3$ ,  $NaNO_3$  ou  $Ca(NO_3)_2$ )<sup>68</sup>.

Atualmente a localização dos ‘Montes Altos’<sup>69</sup> pode referir-se ao Parque Estadual homônimo e situado entre as cidades baianas de Palmas de Monte Alto e de Sebastião das Laranjeiras, a uma distância média de 30 km ao norte da divisa com o estado de Minas Gerais. Contudo, os métodos cartográficos do século XVIII empregados para descrever o local não permitem a indicação dos pontos geográficos no mapa, fazendo com que a localização das serras e montanhas seja imprecisa. Dessa forma, as ocorrências de salitre podem ainda serem atribuídas à seção triangular compreendida entre o Rio São Francisco e um de seus afluentes, o Rio Verde<sup>70</sup> (figura 1).

A geologia predominante constitui-se na Formação de Palmas de Monte Alto, do Grupo Santo Onofre da Era Neoproterozóica, formada por quartzitos, arenitos e rochas intrusivas que no cenário geológico da região encontra-se entre a Serra do Espinhaço em Minas Gerais e o conjunto de serras que formam a Serra Geral da Bahia, fronteira com o Estado do Goiás<sup>71</sup>.

No mapa da figura 1, produzido no ano de 1758, podem ser observadas as localizações de 11 ocorrências de salitre no território nomeado de Montes Altos, como também perceber os caminhos que interligavam o litoral da Bahia aos sertões do rio São Francisco e algumas de fazendas que conectavam os moradores com a vizinhança ou às terras mais longínquas.

---

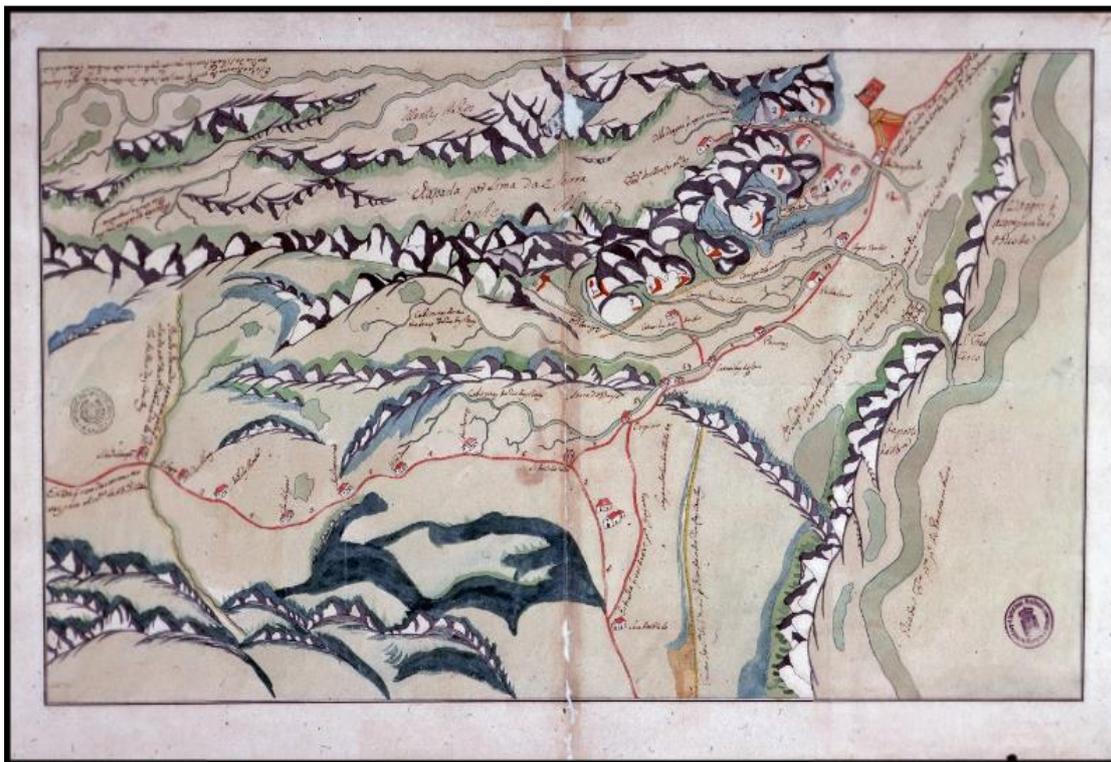
<sup>68</sup> Idem, p. 26.

<sup>69</sup> Durante o século XVIII, Monte Alto correspondia a uma área pouco povoada e relativamente voltada à exploração do salitre e economia de subsistência, contudo, dada a falta de registros nos documentos, não se sabe exatamente a dimensão do conjunto populacional no século XVIII. No entanto, há indícios de que o trabalho escravo se fez presente desde o processo de colonização na região. Cite-se como exemplo o testamento de Francisco Pereira de Barros, que deixou registrados 16 cativos em 1735, em sua Fazenda Boa Vista. Cf: MIRANDA, op. cit., 2018, p. 76

<sup>70</sup> FARIA, Luciano Emerich; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Salitre: o produto químico estratégico no passado do Brasil. *Quim. Nova*, Vol. 44, No. 4, 2021, p. 522.

<sup>71</sup> SILVA, Joaquim Perfeito. Aldeias pré-coloniais da tradição do aratu da Serra dos Montes Alto. Região Sudoeste da Bahia: Curitiba, 2020, p. 16.

Figura 1: Mapa do território da Capitania da Bahia, compreendido entre o Rio de S. Francisco, o Rio Grande e o riacho chamado Gavião, que divide o termo da Vila do Fanado da Vila do Rio das Contas.



Fonte: AHU. Nitradeira dos Montes Altos - Mapa do território da Capitania da Bahia, compreendido entre o Rio de S. Francisco, o Rio Grande e o riacho chamado Gavião, que divide o termo da Vila do Fanado da Vila do Rio das Contas. 1758. Disponível em <<http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301407>>. Acessado em 15 de maio de 2022.

Em resumo, essas formações geológicas ao longo do Rio São Francisco apresentavam-se com aspectos geológicos favorecidos para a formação dos nitratos, contendo presença de bases poderosas, como cal, magnésia ou potassa, condições climáticas adequadas, tais como umidade, temperatura (entre 15 e 25 graus), as quais são responsáveis por facilitar as reações químicas<sup>72</sup> e consequentemente a formação do salitre. Essas condições elucidam, portanto, o porquê da ocorrência de salitre na Capitania da Bahia na Serra dos Montes Altos. Ainda foram noticiadas minas de salitre em torno do Rio Jacaré, Rio Verde Pequeno, Camamu e Serra das Borrachas.

Para além das condições geológicas favoráveis, as Serras dos Montes Altos ofereciam um espaço apropriado para o labor das fábricas, uma vez que era coberta por uma vegetação

<sup>72</sup> Memória extrahida do Tratado de chimica aplicada as Artes por M. Dumas, para servir de Diccionario na cala das Nitreiras naturaes, construção das Nitreiras artificiaes, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministerio da Guerra. O Auxiliador da Industria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. n. 8, 1845, p. 228.

característica da Caatinga e com vários riachos perenes, com diversas nascentes e quedas d'água.<sup>73</sup> Tais condições implicavam na redução de despesas consideráveis com águas e lenhas, produtos de suma importância para as fábricas de refinação do salitre. Além disso, continha uma localização estratégica para a condução do mineral pela Vila de Cachoeira de onde seguiria para a Cidade da Bahia, sendo rentável e produtivo para a Fazenda Real.

Havia duas possibilidades para a condução desse mineral das serras dos Montes altos até a Bahia. A primeira sugerida pelo Desembargador Thomaz Robi consistia em levá-lo à vila da Cachoeira, transportado em muares, estabelecendo lugares de repouso nos quais os carreteiros poderiam dormir e comer. A segunda indicada pelo Conselheiro Venceslau Pereira da Silva sugeria a utilização de uma via terrestre e fluvial, aproveitando o curso do rio São Francisco desde a região das minas até as cachoeiras de Paulo Afonso e novamente fluvial desde o fim destas até a Vila de Cachoeira<sup>74</sup>.

Quando pensamos na ação humana nas Serras dos Montes Altos, precisamos considerar os processos de transformação dessa formação biogeográfica<sup>75</sup>. Decerto, a mineração de salitre ocasionou alterações geomorfológicas, biológicas, hídricas e atmosféricas. Ainda que desde o século XVII a paisagem regional do Alto Sertão da Bahia tenha começado a sofrer modificações com o incremento da demografia e colonização, alguns estudos apontam que os Montes Altos foi alvo de diversas ocupações que remontam desde ao período de populações de caçadores-coletores.

Joaquim Perfeito, ao estudar a Tradição Aratu<sup>76</sup> da Serra de Montes Altos, realizou estudos arqueológicos e encontrou vestígios materiais deixados pelos portugueses e escravos africanos neste território. O autor aponta vestígios representados em construções ciclópicas, entre elas, destaca-se um monumento conhecido como “casa de pedra”, que

---

<sup>73</sup> SILVA, op. cit., 2020, p. 17.

<sup>74</sup> PERES, Damião. Um capítulo da história econômica bahiana e sua integração na vida política luso-brasileira de setecentos: A exploração de salitre no Monte Alto. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 77, 1952, p.212.

<sup>75</sup> SILVA, Sandro Dutra e BARBOSA, Altair Sales. O Cerrado: complexidades biogeográficas para uma análise histórico-ambiental. In: SCHUCH, Cristiane Fortkamp *et al.* Biomas, historicidades e suas temporalidades: uma visão histórico-ambiental. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 57.

<sup>76</sup> Ao definir a Tradição Aratu o autor dialoga com Etchevarne (2012), o qual ressalta que em termos cronológicos são esses povos foram primeiros a se instalarem no território conhecido hoje como Nordeste, conforme datação de C14 e de TL (termoluminescência) conseguidas até o momento, que os insere em uma faixa temporal que abarca um lapso entre 1200 BP e 600 anos BP aproximadamente (isto é, século IX [VIII] ao século XV d. C.). Apud SILVA, op. cit., 2020, p. 21.

conforme os registros históricos e confirmado por meio de datação ( $1740 \pm 30$  anos depois) certamente foi uma das fábricas de refinação do salitre (Figura 2)<sup>77</sup>.

Figura 2: Casa de Pedra localizada no Parque Estadual Serra dos Montes Altos



Fonte: Djikibão Mandala (2007)

A “casa de pedra” é um dos vestígios arqueológicos da exploração mineral colonial que pode oferecer importantes informações para subsidiar e complementar as leituras dos documentos históricos<sup>78</sup>. De acordo com Carolina Capanema (2019) o panorama atual da arqueologia histórica tem esboçado um quadro que mostra as especificidades da mineração setecentista por meio da adoção de soluções adequadas diante as necessidades e das condições naturais locais<sup>79</sup>.

Os processos históricos resultantes das investidas portuguesas desde o século XVII transformaram a paisagem e perceberam nas formações geológicas a oportunidade de riquezas, associados ao apresamento de indígenas e ao uso dos recursos naturais disponíveis pela monarquia portuguesa<sup>80</sup>. Deste modo, para construir a História das áreas de conquistas para além de espaços políticos-administrativos é preciso abarcar as espacialidades ecológicas que fazem parte dos Montes Altos. Assim, as Serras dos

---

<sup>77</sup> SILVA, op. cit., 2020, p. 11.

<sup>78</sup> CAPANEMA, op. cit., 2019, p. 160.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>80</sup> SILVA & BARBOSA, op. cit., 2021, p. 58.

Montes Altos são tanto as nascentes dos rios, os solos e a vegetação quanto as reflexões e ações humanas.

## **1.2 O salitre como recurso bélico do império português**

A história da exploração de salitre nas possessões portuguesas está inteiramente vinculada ao fabrico e uso da pólvora negra no império português. A utilização da pólvora negra encontra-se documentada em Portugal pelo menos desde meados do século XV<sup>81</sup>. As primeiras fábricas da pólvora referenciadas documentalmente datam do reinado de D. Manuel I e estavam localizadas respectivamente nas Portas da Cruz, a porta mais oriental da antiga cerca fernandina de Lisboa, e em Barcarena<sup>82</sup>. Como o fabrico da pólvora e a preparação dos fogos de artifício constituíam então ofícios a cargo de polvoristas e artífices do fogo e uma vez que os artilheiros também eram obrigados a saber destes mestres, é muito provável que existissem ainda outras pequenas unidades artesanais de fabrico<sup>83</sup>.

Com a expansão ultramarina houve polvoristas que instalaram unidades fabris em vários pontos do império português. Conhecem-se na Índia na primeira metade do século XVI unidades em Goa (Terreiro do Paço e Ilha de Divar), Chaul e Baçaim<sup>84</sup>. Quanto à América Portuguesa, as primeiras unidades fabris estabeleceram-se muito provavelmente nas principais capitanias no decurso do século XVI. Em finais deste século encontra-se mencionado na documentação um indivíduo chamado Manuel de Padilha, mestre do salitre em Salvador da Baía, e provavelmente, também polvorista. Identifica-se também a nomeação de António Luís Santa Cruz em 1613 como mestre da pólvora do Estado do Brasil, cuja oficina se encontrava seguramente na Baía<sup>85</sup>.

Também na Ilha Terceira (Açores) existiu em meados do século XVI uma fábrica da pólvora e sabe-se que Mice Torres foi um dos seus mestres polvoristas. O mesmo

---

<sup>81</sup> CARDOSO, João Luís. A Fábrica da Pólvora de Barcarena e as "Ferrarias dei Rey": síntese da investigação realizada. In: *Mátria XXI: Número Especial Evocativo, em memória do Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Herança cultural e património Científico*. Casa de Portugal e de Camões: Portugal, 2021, p. 354.

<sup>82</sup> Sobre a fábrica de pólvora de Barcarena consultar QUINTELA, António de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel & ANDRÉ, Maria Conceição – *A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1995.

<sup>83</sup> QUINTELA, António de Carvalho, CARDOSO, João Luís e MASCARENHAS, José Manuel. A Fábrica de Pólvora de Barcarena. História e Evolução Tecnológica entre os séculos XVI e XX. *Arqueologia & Indústria, Revista de Arqueologia Industrial*, n.º 2- 3, 2000, p.19.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 19

aconteceu em Ceuta onde existiu provisoriamente uma oficina. Entretanto, a quantidade de pólvora produzida estava longe de satisfazer as solicitações, sendo assim, assistiu-se ao longo do século XVII à instalação de outras fábricas da pólvora nos territórios portugueses do Ultramar<sup>86</sup>.

A partir de 1640, no reinado de D. João IV, as necessidades de pólvora em Portugal aumentaram bruscamente em consequência da guerra da Restauração. Foi justamente em um dos períodos mais conturbados por guerras e conflitos que o governo português estimulou expedições mineralógicas na identificação de fontes de salitre nas áreas de conquistas. Na segunda metade do século XVII o salitre já estava atrelado a manutenção da independência do Reino e defesa dos seus territórios ultramarinos<sup>87</sup>.

Ao longo do século XVII e XVIII o salitre era exportado do Estado da Índia. Os portugueses precisavam das remessas de salitre a fim de fornecê-las à fábrica de munições da Bahia da qual materiais de guerra eram mandados a todos os centros estratégicos do Brasil, Angola, S. Tomé e Portugal<sup>88</sup>. Entretanto, as fábricas de pólvora de Goa e da Bahia atendiam em parte às necessidades das respectivas regiões e o restante era fornecido por Londres<sup>89</sup>. Todavia, as incertezas quanto ao abastecimento de salitre vindo de Goa levou a busca do mineral na América Portuguesa<sup>90</sup>. Diante desse quadro uma intensa correspondência trocada entre as autoridades coloniais e da Coroa recomendava explicitamente a busca de minas de salitre e remetia livros sobre o assunto<sup>91</sup>.

A obra “*O Engenheiro Português*” escrita por Manoel Azevedo Fortes<sup>92</sup>, professor na Academia Militar de Lisboa entre os anos de 1728 – 1729, descreve o salitre como

hum sal, misturado de muito ar subtil, cujas partículas são voláteis; e elásticas, que lhe provém, e da sua mesma natureza. Acha-se em cavernas úmidas, abóbadas frescas, paredes velhas demolidas; e em pedras expostas muito tempo ao ar, que lhe introduz as suas partículas; donde vem chamar-se a este salitre salpetra, ou flor de muro. Também

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>87</sup> CARDOSO, op. cit., 2021, p. 360.

<sup>88</sup> ANTONY, Philomena Sequeira. Relações intracoloniais : Goa-Bahia : 1675-1825. Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG: Brasília, 2013, p. 273.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 100. Por conta da Aliança Luso-Britânica de 1654, Portugal e Inglaterra podiam comprar e utilizar quaisquer fazendas, matérias primas ou manufaturas. Logo, havia uma certa liberdade de comércio entre ambos. Cf. CARDOSO, António Barros. Portugal e a Inglaterra nos Tempos Modernos. Revista da Faculdade de Letras, 4, p. 39.

<sup>90</sup> ANTONY, op. cit., 2013, p. 100.

<sup>91</sup> SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, 2007. p. 185.

<sup>92</sup> Cf. PIVA & FILGUEIRAS, op. cit., 2008, p. 930.

se produz em cavalherices, cortes de gado, ou curraes, que pelas suas super abundâncias, e ourinas, contraem esta matéria salitrosa; e ainda o há em terras, que de sua natureza o produzem<sup>93</sup>.

Outra importante exemplo do esforço da Coroa portuguesa em publicar obras sobre a extração de salitre foi a tradução e impressão em Lisboa no ano de 1796 do conhecido manual intitulado *Extracto A' Cerca do Methodo de se Fazer Nitrato de Postassa ou Salitre Copiado dos Elementos de Chymica Compostos em Francez*, de autoria do francês Jean Antoine Chaptal<sup>94</sup>(1756-1832). Ao longo do manual, o salitre é descrito em vários aspectos químicos: seu uso, composição e questões essenciais sobre o mineral, como a ocorrência na natureza, métodos de extraí-los das terras que estão misturadas, dos meios de purificar e refinar<sup>95</sup>.

Ao mesmo tempo, naturalistas espalhados por todo o império tratavam de cumprir as ordens explícitas da Coroa enquanto que no Reino homens de ciência realizavam experimentos na tentativa de obter pólvora de melhor qualidade<sup>96</sup>. No período setecentista, a coroa portuguesa incumbiu naturalistas e administradores das comarcas no ultramar que indicassem aos governantes as corretas formas de extração, beneficiamento e escoamento do produto para as capitais ou fábricas de pólvora<sup>97</sup>.

Assim, a exploração do salitre e o fabrico da pólvora tornaram-se temas políticos e de tratados militares, estando fortemente vinculados a estudos técnicos desenvolvidos em escolas militares por especialistas da área.<sup>98</sup> Por conta disso, naturalistas, engenheiros-mores, viajantes e estudiosos escreveram sobre a importância do mineral para a monarquia portuguesa. Logo, foram produzidas algumas memórias que descrevem o salitre em seus aspectos mineralógicos em diferentes capitanias da América Portuguesa.

Na capitania da Bahia, destaca-se os ofícios realizados por José de Sá Bittencourt Accioli, o qual foi um entre os diversos naturalistas que trabalharam a serviço da coroa portuguesa no levantamento dos recursos naturais da colônia portuguesa da América na transição do

---

<sup>93</sup> FORTES, Manoel de Azevedo. O engenheiro português. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impessor do Santo Ofício, 1728-1729, p. 451.

<sup>94</sup> Este autor teve a ocupação de Ministro do Interior da França, além de ser médico, químico e fundador das primeiras fábricas de produtos químicos da França. SILVA, Marilda Santana da. CAVALCANTI, José Adilson Dias. Ciências naturais, história e os recursos minerais no Ceará colonial (1750-1822). CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, Jan-Jun, 2021, p. 393.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 393.

<sup>96</sup> SILVA, op. cit. 2007, p. 185.

<sup>97</sup> FARIA & FILGUEIRAS, op. cit., 2021, p. 520.

<sup>98</sup> GANDOLFI & FIGUERÔA, op. cit., 2014, p. 282.

século XVIII para o século XIX<sup>99</sup>. De 1799 a 1808, foi encarregado dos estudos mineralógicos e da inspeção da mineração de salitre na região de Montes Altos<sup>100</sup>. Em seus escritos, Acioli demonstra diversas estratégias para que o empreendimento salitroso fosse rentável para a Real Fazenda.

Em um dos seus feitos, ele foi responsável pela construção de uma estrada de Montes Altos a Camamu para facilitar o transporte do salitre e de madeiras, que ocasionaria o início de novas formas de promover a produção de novos gêneros de cultura como milho e feijão no interior do sertão, como também oportunizar a condução do gado<sup>101</sup>. Accioli procedeu diversas expedições pelo sertão da Capitania da Bahia e ao estabelecer nitreiras artificiais e naturais por conta da Real Fazenda em Montes Altos foi recompensado com o posto de Coronel de Milícias no dito território<sup>102</sup>.

Ainda que o naturalista não tenha conseguido explorar o salitre em grandes proporções tal como fora almejado, destaca-se que a existência desse minério na serra de Montes Altos e as tentativas de exploração promoveram intercâmbios e movimentação de pessoas por meio da abertura dos caminhos e estradas<sup>103</sup>, intensificando as conexões entre os sertões de Minas Gerais e da Bahia, ligando-os aos portos de São Félix e de Camamu<sup>104</sup>.

De acordo com Isnara Ivo, a construção da estrada da serra de Montes Altos mobilizou tanto os governadores das capitanias de Minas Gerais e da Bahia, quanto os dirigentes de comarcas e vilas importantes interessados nos benefícios que a abertura de novos caminhos proporcionaria ao sertão<sup>105</sup>. Entretanto, passados alguns anos, as preocupações do governador da Bahia externadas ao ouvidor da comarca de Jacobina referiam-se aos problemas vivenciados após a abertura da estrada. Decorridos seis meses de sua conclusão, vários relatos destacaram o temor em utilizá-la, uma vez que a iniciativa de

---

<sup>99</sup> SILVA, op. cit. 2007, p. 179

<sup>100</sup> ACIOLLI, José de Sá Bittencourt. Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos. Bahia, 1799. IHGB, Lata 109, pasta 4.

<sup>101</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 213, Doc. 15044.

<sup>102</sup> PEREIRA, Rodrigo Osório. A ciência na colonial comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808). Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História – UEFS, 2009, p. 119.

<sup>103</sup> RAMOS, Danielle da Silva. Expansão Econômica e de povoamento e configuração da elite em Monte Alto (Alto Sertão da Bahia, 1790 – 1850). In: X Encontro Estadual de História da Anpuh-BA – Combates pela História. Vitória da Conquista. Anais. UESB, 2020, p. 2.

<sup>104</sup> IVO, op. cit. 2012, p.96.

<sup>105</sup> Idem, p.98.

estabelecimento de colonos ao longo do percurso não foi efetivada e a obra ficou abandonada e sem manutenção regular<sup>106</sup>.

### 1.3 Técnicas de mineração do salitre na América Portuguesa

A partir da comunicação política entre o Conselho Ultramarino e autoridades coloniais da Capitania da Bahia foi possível verificar os estudos, exames e experimentos com o salitre na Serra dos Montes Altos. Por meio de trocas de cartas, provisões, ofícios e requerimentos identificou-se as estratégias utilizadas para o refino do mineral e os recursos necessários para a implantação das fábricas de refinação no sertão baiano.

Em meados do período setecentista Pedro Leolino Mariz provido no posto de mestre de campo das Minas Novas de Araçuaí, enviou amostras para Lisboa alegando a ocorrência do mineral na dita Serra. Assim, o Desembargador Thomaz Robi de Barros Barreto, para averiguar tais informações na serra:

Estabeleceu uma pequena fábrica de 6 fornalhas, em que fez ventar outras tantas caldeiras, vários coadores e cristalizadores e metendo as águas, que julgou necessárias para o labor. Deu princípio aos exames pela distância de 6 léguas, e neles viu logo tão copiosa produção de salitre em algumas partes da dita serra, que lhe pareciam supérfluos todos os mais, além daqueles que lhe manifestavam a vista dos olhos<sup>107</sup>.

No período colonial, vários foram os métodos desenvolvidos e idealizados para a produção de salitre<sup>108</sup>. Márcia Ferraz escreve um artigo intitulado *A produção do salitre no Brasil colonial* e destaca três fontes dos materiais nitrogenados, que dariam o salitre: as salitreiras naturais, de cujas “terras” apenas se separava o salitre; as salitreiras artificiais onde se produziam as “terras” que dariam o salitre e o ar<sup>109</sup>, fonte de nitrogênio um dos componentes do ácido nítrico, passo fundamental para a obtenção do tão desejado material.<sup>110</sup>

---

<sup>106</sup> ibidem, p.98.

<sup>107</sup> AHU, Coleção Eduardo Castro e Almeida, Cx. 20 Doc. 3710.

<sup>108</sup> PIVA & FILGUEIRAS, op. cit., 2008, p. 930.

<sup>109</sup> O ar seria mais uma das fontes de materiais para a preparação de compostos nitrogenados. O trabalho (nunca publicado) de Luiz da Sequeira Oliva intitulado “Algumas observações sobre a existência do salitre entre nós”, enfatiza a abordagem teórica. Nessa memória, podemos reconhecer a explicação dada para a formação do ácido nítrico diz que este ácido é formado pelo “azoto com a maior quantidade possível de oxygeneo”. Cf. FERRAZ, op. cit., 2000, p. 848.

<sup>110</sup> FERRAZ, op. cit., 2000, p. 845.

Na capitania da Bahia, as fontes apontam que as ocorrências de salitre no final do século XVII e ao longo do século XVIII foram em nitreiras naturais, mas por conta da pouca quantidade e dificuldade da exploração de salitre, nenhuma dessas tentativas de exploração prosperou. Porém, impulsionaram novos estudos mineralógicos e culminou em novos descobrimentos e novas formas de se extrair o salitre. A partir de 1798, José de Sá Bittencourt Accioli propôs a exploração através de nitreiras artificiais.

Nas nitreiras naturais começava-se por acondicionar em tonéis camadas da terra de que se pretendia extrair o salitre alternadas com outras de cinza, e, algumas vezes, com camadas de palha adicionadas para facilitar a passagem da água. Fazia-se uma cova na parte superior, onde se adicionava potassa (carbonato de potássio), para em seguida, colocar água. Passado algum tempo, deixava-se escorrer (através de torneiras ou de orifícios até então tampados) a água carregada de salitre que era levada a evaporar em caldeiras. Durante o processo de evaporação, retirava-se, com uma escumadeira, a massa de sal comum (nosso cloreto de sódio) que se vai formando até se ter apenas o líquido. Continuava-se até a evaporação total, quando se tinha, finalmente o salitre “bruto ou impuro”, que seria refinado posteriormente<sup>111</sup>.

Em outra memória, as nitreiras naturais são definidas como a extração das partes nitrificadas, utilizavam pequenos machadinhos ou picaretas e reduziam os fragmentos transformando em um pó grosso, fragmentos esses que se achavam misturados com muitas matérias terrosas. Este pó misturado com uma quantidade igual de cinzas de madeiras, era lixiviado com água fria. A lixívia evaporada em vasos de barro queimado, depois resfriada obtinham os nitratos de potassa<sup>112</sup>.

Nas nitreiras artificiais eram simuladas as condições existentes nas nitreiras naturais, possibilitando a produção do salitre em terras onde não ocorria naturalmente<sup>113</sup>. Desta maneira, alguns processos deveriam ser utilizados para refinar o mineral (figura 3):

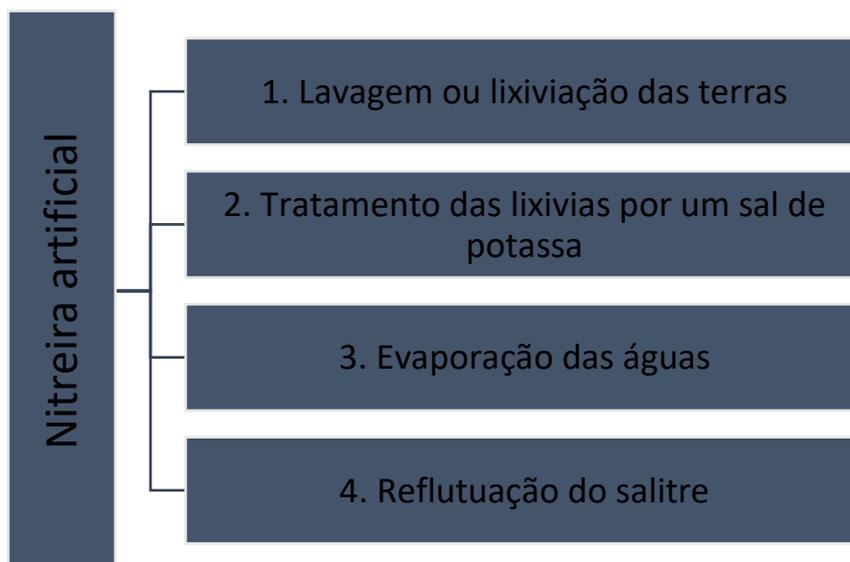
Figura 3: Processos utilizados para refinação do nitrato de potássio – século XVIII e XIX

---

<sup>111</sup> FERRAZ, op. cit., 2000, p. 846.

<sup>112</sup> Memória extrahida do Tratado de chimica aplicada as Artes por Mr. Dumas, para servir de Diccionario na cala das Nitreiras naturaes, construção das Nitreiras artificiaes, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministerio da Guerra. O Auxiliador da Industria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. n. 8, 1845, p. 226.

<sup>113</sup> GANDOFI & FIGUEIRÔA, op. cit., 2014, p. 282.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Memória extraída do Tratado de chimica aplicada as Artes por Mr. Dumas, para servir de Diccionario na cala das Nitreiras naturaes, construção das Nitreiras artificiaes, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministerio da Guerra. O Auxiliador da Industria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. n. 8, 1845.

**1) A lavagem ou lixiviação das terras:** essa primeira etapa objetivava separar os nitratos das matérias insolúveis com que se achavam misturados. Para se lixivarem as terras tinham-se tinhas ou tanques de pedra, enchia-se dos materiais salitrificados até dois três dedos, antes da borda superior.<sup>114</sup> A lixiviação, técnica narrada pelos naturalistas, nada mais é quimicamente que a extração de substâncias sólidas solúveis por percolação de água (neste caso) através de um material poroso. Esta técnica deveria solubilizar os nitratos de potássio, de cálcio e magnésio, predominantemente presentes na solução aos quais é adicionada a outra lixívia<sup>115</sup>.

**2) O tratamento das lixívia por um sal de potassa:** Após a lixiviação das terras, ambas soluções eram fervidas. Esse segundo processo era destinado a transformar os nitratos terrosos em nitratos de potassa. Utilizava-se uma caixa semelhante as que serviam para lavagem e deixava-se repousar na água de quatro a seis horas<sup>116</sup>. Após, tendo-se totalmente saturado a água cozida, somente procurava evaporá-la para separar o salitre dissolvido no líquido<sup>117</sup>.

<sup>114</sup> CHAPTAL, Jean Antoine. Extracto acerca do methodo de se fazer nitrato de potassa ou salitre. Compilado de Elementos de Chymica. Lisboa, 1796. Disponível em <<http://books.google.com.br>>, p. 27.

<sup>115</sup> FARIA, op. cit., 2019, p. 26.

<sup>116</sup> CHAPTAL, op. cit., 1796, p. 28.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 20

**3) A evaporação das águas:** com a dissolução do salitre dissolvido no líquido, utilizava-se uma caldeira de cobre, a água diminuía e evaporizava em alguns dias, a partir do resfriamento formava o salitre em cristais<sup>118</sup>. Para que o salitre na forma de mistura de nitratos de sódio e potássio fosse cristalizado, a temperatura da mistura deveria ser levemente baixada<sup>119</sup>.

**4) A reflutuação de salitre:** esse processo é marcado pela separação do salitre bruto de todos os outros sais que o acompanham. Relatos de outros viajantes chamam este processo como o “congelamento” do salitre dada a formação de cristais a partir da solução concentrada<sup>120</sup>.

Contudo, esse salitre da primeira cozida (salitre bruto) ainda não apresentava um grão de pureza necessária para se empregar nas operações da pólvora. Sendo assim, tornava-se necessário repetir os processos de refinação do salitre por várias vezes com menos água que a primeira vez, visto que o salitre ideal para o fabrico da pólvora deveria ser puro, sem a presença de nitratos e muriatos de terra e soda<sup>121</sup>. Para além disso, a quantidade de salitre utilizado na fabricação de armamentos determinava a composição, qualidade e o tipo de pólvora. No século XVIII, Manoel Azevedo Forte já ressaltava,

A primeira matéria de que se compõe a pólvora é o salitre, a segunda o enxofre, e a terceira o carvão, ordinariamente de vides, e segundo a quantidade de cada um destes materiais, a sua mistura é a pólvora mais ou menos ativa, e assim distinguem os artífices ou polvaristas três gêneros de pólvora, a saber, fina, entrefina e grosseira, ou bombardeira: para a pólvora fina, a cada seis arráteis de salitre deitam um arráteil de enxofre, e outro de carvão; para a entrefina, a cada cinco arráteis de salitre deitam um de carvão, outro de enxofre; e para a bombardeira, a cada quatro arráteis de salitre, um de enxofre e outro de carvão, e esta é a mistura mais ordinária que os artífices explicam pelos termos de seis arráteis, cinco arráteis, quatro arráteis, que são os três gêneros de pólvora. O salitre se refina para separar da terra, e das partes salinas que traz consigo, e o enxofre e o carvão se pulverizam antes de se incorporarem<sup>122</sup>.

Apesar dos procedimentos citados anteriormente, certamente outros métodos de exploração foram adotados, variando de acordo com a experiência prática do minerador e os materiais disponíveis para a atividade, mas também houve interferências diversas das

---

<sup>118</sup> Memória extrahida do Tratado de chimica aplicada as Artes por Mr. Dumas, para servir de Dicetorio na cala das Nitreiras naturaes, construção das Nitreiras artificiaes, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministerio da Guerra. O Auxiliador da Industria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. n. 8, 1845, p. 239.

<sup>119</sup> FARIA, op. cit., 2019, p. 62.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>121</sup> MR. DUMAS, op. cit, 1845, p. 259.

<sup>122</sup> PIVA & FILGUEIRAS, op. cit., 2008, p. 932.

condições do meio biofísico<sup>123</sup>, como as rotas fluviais. O salitre apresentava grande solubilidade a água, assim, poderia ocorrer grande perda do mineral por conta dessa logística.

Os mineradores tiveram que adaptar-se, portanto, não somente em relação às condições biofísicas locais, mas também as condições climáticas<sup>124</sup>. Ao fazerem o exame das terras retiradas das cintas e betas, que estavam expostas ao ar e ao sol, compreenderam que essas partes eram mais abundantes para produção de salitre do que as outras que estavam no centro. Sendo assim, as áreas expostas ao ar e ao sol produziam terra salitrosa com grande abundância e eficiência<sup>125</sup>.

Não são facilmente encontradas ilustrações que indiquem a forma utilizada pelos exploradores de salitre do século XVIII. Entretanto, apesar de separados por milhares de quilômetros, a extração do salitre na América Portuguesa não parece ter se diferenciado muito do que se aplicou como técnica na Europa ou no interior dos Estados Unidos<sup>126</sup>. Ao estudar as técnicas utilizadas na extração do Salitre nas Minas Gerais, Luciano Faria faz uma comparação com a produção francesa dos séculos XVIII e XIX.

O autor ressalta que o trabalho dos mineradores envolvidos na extração do salitre envolvia a percolação da terra salitrosa retirada de cavernas com a passagem de água em troncos ocos de árvores, as quais estavam suportados por uma pequena plataforma. Abaixo delas se usavam recipientes menores que coletavam a água percolada que extraía as partes solúveis, que eram fervidas em um tacho para a evaporação da água e cristalização do salitre.

Em síntese, as condições básicas para a formação do nitrato de potássio, natural ou artificial, envolviam a presença de uma fonte de nitrogênio (dejetos de animais, refugos de abatedouros, resíduos de fábricas de curtumes, tecidos, urina, etc.) e outra de potássio (cinzas ou carbonato de potássio – a “potassa”), além de aeração e umidade (permitindo a ocorrência dos processos químicos necessários)<sup>127</sup>. Estabelecidas estas condições, ocorriam as reações químicas que atualmente são conhecidas como Ciclo Biogeoquímico

---

<sup>123</sup> Ao estudar a exploração aurífera, Carolina Capanema também demonstrou os condicionantes do meio biofísico na exploração do ouro em Minas Gerais. Cf. CAPANEMA, op. cit., 2019, p. 99.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>125</sup> AHU, Coleção Eduardo Castro e Almeida, Cx. 20, Doc. 3710.

<sup>126</sup> FARIA, op. cit., 2019, p. 60.

<sup>127</sup> GANDOLFI & FIGUIERÔA, op. cit., 2014, p. 285.

do Nitrogênio, que consiste nas transformações sofridas pelo elemento nitrogênio nos reinos animal, vegetal e mineral<sup>128</sup>.

É importante destacar que a exploração de salitre nos sertões baianos buscava somente fazer a refinação do mineral, após a refinação necessitaria ser transportado para as casas de pólvora da Bahia. Ao longo do período colonial, algumas fábricas de pólvoras foram instaladas. Entretanto, a primeira fábrica de pólvora para produção em larga escala, estabelecida no Brasil ocorreu somente em 1808 por decreto do Príncipe D. João, fundada junto à Lagoa Rodrigo de Freitas e funcionou regularmente até 1826<sup>129</sup>. Até aquele momento toda a pólvora consumida no império colonial português era produzida na Fábrica de Barcarena (Lisboa) que foi ocupada pelos franceses naquele mesmo ano<sup>130</sup>.

#### 1.4 Oficinas do salitre

O salitre era o componente da pólvora mais difícil de obter<sup>131</sup>. À vista disso, a coroa portuguesa buscou estratégias a todo momento para a implantação de fábricas de refinação de salitre no sertão baiano. No tocante aos estudos sobre os compostos nitrogenados e em especial, sobre o salitre, não faltou empenho dos sertanistas e naturalistas na execução dos trabalhos práticos, especialmente nos trabalhos nas fábricas e na elaboração teórica<sup>132</sup>.

Assim, em 1761 chegava à Bahia uma carta para o Ministro do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na qual listava os instrumentos para o trabalho nas fábricas e instruía a construção de armazéns para estocagem do mineral<sup>133</sup>. Foram localizados 36 funcionários régios que atendiam demandas técnicas especializadas, como oficiais de carpintaria, pedreiros, caldeireiro, ferreiro e outros. Destaca-se os mestres refinadores Manoel de Oliveira e Damião Antônio, os quais eram os encarregados pelas técnicas de

---

<sup>128</sup> *ibidem*, p. 285.

<sup>129</sup> PIVA & FILGUEIRAS, *op. cit.*, 2008, p. 930. Cf. SMITH, Robert C. Fábrica de pólvora. In: *Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos da sua história* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 31-38.

<sup>130</sup> MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra Da Estrela- RJ (1831-1870)*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 45.

<sup>131</sup> Atualmente o uso nitrato de potássio não se restringe a sua aplicação na produção de pólvora. É utilizado também como conservantes de alimentos nas indústrias, ourivesaria, aquarismo e aplicado como fertilizante na agricultura.

<sup>132</sup> FERRAZ, *op. cit.*, 2000, p. 848.

<sup>133</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5346.

como extrair o salitre e purificá-lo. Também eram os responsáveis em realizar averiguações, exames, experimentos e afirmar a quantidade, facilidade e a dificuldade da extração do salitre nos Montes Altos.

No complexo processo de refinação do salitre, alguns outros cargos também eram cruciais para o funcionamento do empreendimento. O superintendente era a autoridade responsável por toda a jurisdição das fábricas como também da povoação erigida no novo sítio povoado. Também equivalia ao Juiz conservador com jurisdição privativa com todas as causas cíveis e crime de todos os oficiais e mais pessoas que trouxeram mantimentos e gêneros, as ditas novas povoações das fábricas<sup>134</sup>.

O ajudante da fábrica era o encarregado de executar o que fosse proposto pelo superintendente. Além disso, prestaria assistência para acompanhar o trabalho nas minas onde trabalhavam os operários da Fazenda Real e instruía em tudo o que pertencerem as ditas fábricas, tanto do modo de extrair, em que parte se extrairia e como seria purificado o salitre. Logo, detinha o conhecimento das oficinas, dos instrumentos e suas serventias e o que mais bastasse para substituir a falta do superintendente<sup>135</sup>.

O feitor da Vila de Cachoeira era incumbido de receber o salitre na vila de Cachoeira e enviar ao provedor-mor da Bahia. Nos livros de receita e despesa, descreveria as cargas de salitre que receberia. Pesando-o primeiro na presença de alguém, que assinaria também no mesmo livro. Após, observaria as guias que acompanhavam as cargas de salitre, e se as ditas apresentassem menor peso do que dizia a guia passaria a quantidade que achasse ao conhecimento dos almocreves, que seria o responsável por notificar ao tesoureiro das fábricas a diferença do salitre entregue e o constatado na guia <sup>136</sup>.

Nas fábricas de salitre, o escrivão era o responsável por escrever nos livros da receita e despesa o que lhe mandasse o tesoureiro; porém nada escreveria sem primeiro averiguar a entrada e a saída do que anotar. Escreveria também nas audiências que o superintendente fizesse, para o que terá um protocolo e isto do modo que já fica declarado<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344.

<sup>135</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344.

<sup>136</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344.

<sup>137</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344.

O Meirinho, caso em alguma circunstância o escrivão estivesse impossibilitado, este deveria assumir a posição, tanto dentro como fora das povoações. Se estivesse dentro das povoações, com o mandado do superintendente iria junto com o escrivão dentro da povoação das fábricas. Mas fora dessa povoação, estando o escrivão impedido, pediria ao superintendente que assinasse a pessoa que exerceria a função para os autos da penhora e depósito dos bens penhorados a qual, esta pessoa nessa ocasião deteria a mesma jurisdição que o escrivão<sup>138</sup>.

No quadro 1 apresenta-se a relação dos oficiais régios que foram essenciais para o estabelecimento das fábricas de refinação de salitre nos Montes Altos. Essa lista comprova os empenhos e as aplicações da Fazenda na Real na exploração de salitre e reafirma a complexidade para extração do mineral, uma vez que necessitava de métodos específicos para a obtenção.

Quadro 1: Relação dos oficiais para o estabelecimento da fábrica de salitre dos Montes Altos em 1761

<b>Oficiais</b>	<b>Cargo ou ocupação</b>
Manoel Cardozo de Saldanha	Tenente Coronel
Luiz Antônio de Almeida Pimentel	Sargento mor – Superintendente das minas de salitre
Antônio Luiz de Almeida Pimentel	Ajudante da fábrica
Manoel de Oliveira Damião Antônio	Mestres refinadores
Manoel Bento José	Escrivão dos armazéns dos materiais da coroa
Francisco da Cunha de Araújo	Capitão
Pe. Capelão Luiz Antônio da Rocha	Capelão
João da Graça Correa	Tesoureiro
Não identificado	Feitor da vila de Cachoeira
Não identificado	Boticário, cirurgião e sangrador
Manoel Joaquim	Escrivão
Não identificado	Meirinho
Manoel Antunes Lopes Leandro Pereira	Guardas
Antônio Roiz Cardado ( <i>Trouxe seis escravos – 5 com ofícios de pedreiro e 1 carpinteiro</i> )	Mestre empreiteiro de alvenaria e carpintaria, fabricante de tijolo
José Apolinario Soares	Mestre carpinteiro

<sup>138</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344.

Luiz Correa Franco Antônio Roiz José Francisco Bernardo Antônio	Oficiais de carpintaria
João Roiz Cardado Antônio Roiz de Cardado José Carlos Pereira de Aguiar Francisco Ferreira das Chagas (escravo do palácio)	Oficiais de pedraria
Manoel Vieirlão ( <i>Trouxe doze escravos</i> )	Mestre Caldeireiro
Antônio de Livramento	Mestre Ferreiro
Manoel Nunes Braz Antunes Manoel Francisco Lisboa Francisco Sano Manoel Soares de Afoia Antônio de Britto e Botado José Pedro de Freitas Simão Dias e José Pedro João Als. Lobo Caetano José da Costa ( <i>trouxe dois escravos, Márcio da Silva e Domingos da Costa</i> )	Oficiais de pedreiro
Januário José	Oficial supranumerário de carpinteiro
José Jorge da cruz	Mestre Canoeiro

Fonte: AHU, Bahia Avulsos, Cx. 147, D. 11297

A instalação das fábricas de salitre nos sertões da capitania da Bahia representava a presença portuguesa naquele território. Ao erigir as oficinas de refinação do salitre a coroa portuguesa atribuiu ofícios e cargos militares. Tais concessões eram desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, propiciando a expansão dos interesses metropolitanos e estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos<sup>139</sup>. Deste modo, ao longo de todo o século XVIII, o salitre foi um mineral no qual os colonos interessados em obter vantagens econômicas utilizaram como argumento para o recebimento de mercês.

Na capitania da Bahia, as explorações de salitre podem ser divididas em três momentos específicos. O primeiro perpassa entre as décadas de 1670-1690, com o descobrimento e confirmação das existências de minas de salitre e a instalação de uma fábrica de refinação de salitre no governo D. João de Lencastre e encerra-se no ano de 1707, com a suspensão

<sup>139</sup> FRAGOSO, GOUVÊA, & BICALHO, op. cit. 2000, p. 75.

do empreendimento por falta de mão de obra especializada e conhecimento técnico acerca do mineral.

O segundo momento foi marcado pelo envio da comissão às Serras dos Montes Altos em meados do século XVIII para análise das terras salitrosas e encerra-se com o segundo insucesso e encerramento do empreendimento salitroso em 1763. Por fim, a terceira tentativa de exploração, ocorreu na transição do século XVIII para XIX, marcado por novos métodos de extração do salitre com o estabelecimento da implantação de nitreiras naturais e artificiais no alto sertão baiano.

Este empreendimento constituiu-se como parte dos processos de transformação socioecológicas nas relações dos usos dos recursos naturais dos ecossistemas locais naquela sociedade do Antigo Regime Tropical. De fato, o salitre exerceu e influenciou modificações profundas na forma de se encarar a produção de riquezas minerais na América Portuguesa<sup>140</sup>. O salitre, como recurso socioecológico da América Portuguesa perpassou diferentes técnicas de refinação, prospecções, explorações, bem como temporalidades com conjunturas particulares, tema do próximo capítulo.

---

<sup>140</sup> FARIA & FILGUEIRAS, op. cit., 2021, p. 534.

## Capítulo II - Os contextos políticos da exploração do salitre ao longo do século XVIII na capitania da Bahia

Em meados do século XVII, as notícias sobre ocorrências de salitre condicionaram e garantiram a presença portuguesa nos sertões da capitania da Bahia. O descobrimento e a exploração de minas de salitre atrelado ao processo de conhecimento e conquista dos sertões pelos luso-brasílicos, fossem sertanistas, paulistas, baianos ou reinóis<sup>141</sup> fomentou novos descobrimentos, provocando novas circunstâncias que alteraram a dinâmica territorial e política do sertão baiano.

Na década de 1670, inicia-se troca de cartas entre agentes da coroa e o governo geral do Estado do Brasil sobre a existências de nitreiras nos sertões do Rio São Francisco. Após confirmação das minas, o capitão-mor João Vieira Morais escreveu cartas convocando Bento Surrel para prosseguir com os descobrimentos. Em 1671, Bento Surrel com assistência de alguns capitães-mores e mais oficiais percorreu os sertões do Rio São Francisco e encontrou onze minas de salitre, e ao realizar os experimentos declarou que o mineral era de boa qualidade para uso na pólvora, equivalente aos existentes nas minas do Estado da Índia e Holanda<sup>142</sup>. Nessa diligência, Surrel recebeu a patente temporária de superintendente do descobrimento, podendo gozar de todas as honras, graças e faculdades que tocam aos ocupadores de semelhante cargo<sup>143</sup>.

Atrelado a esse movimento de prospecção das minas de salitre, ocorriam conflitos entre as populações nativas residentes nos sertões da capitania da Bahia e os colonos portugueses<sup>144</sup>. No caso do salitre, ainda que eventuais estratégias nativas de alianças e negociações com os luso-brasileiros tenham sido presentes nas fábricas de refinação do mineral, os tapuias<sup>145</sup> por muita das vezes recusaram-se a se submeter e reagiram com violência onde, quando e como puderam<sup>146</sup>. Autores como Pedro Puntoni e Márcio Santos

---

<sup>141</sup> SANTOS, op. cit., 2017, p. 62.

<sup>142</sup> Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Consulta do Conselho Ultramarino (1673-1683). Vol. LXXXVIII.p. 78.

<sup>143</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., p. 114.

<sup>144</sup> SILVA, Paulo Robério Ferreira. A guerra esquecida. Faces da História, v. 8, n. 1, 2021, p. 266.

<sup>145</sup> Conforme Márcio Santos, os tapuias eram povos heterogêneos, falantes de várias línguas, de populações menos densas e abrigavam-se em áreas de cobertura vegetal de caatinga e cerrado. Cf. SANTOS, op. cit., 2017, p. 53.

<sup>146</sup> SANTOS, op. cit., 2017, p. 51.

salientam que a busca do minério procedeu em situações de tensões na conquista dos entornos do Rio São Francisco<sup>147</sup>.

Para além dos conflitos com as populações indígenas, certamente a resistência do meio foi outro condicionante ecológico que dificultou o acesso ao salitre. A quantidade de perigos e dificuldades a que se expunham os pioneiros nas conquistas das terras dos sertões era quase interminável. A começar pela dificuldade inerente à topografia: serras espinhosas e fragosas, campos homogêneos e longos períodos de caminhadas e exposição ao sol, onde era possível se perder; travessias de terrenos estéreis e sem água ou rios caudalosos ou de águas pestilentas, além de animais perigosos<sup>148</sup>.

A documentação do período demonstra que apesar das diversas expedições militares para o combate dos gentios, os trabalhos dos indígenas aldeados foram cruciais para o empreendimento do salitre, sobretudo no auxílio para a averiguação e transporte do material. E ainda que os aldeamentos e aldeias fornecerem trabalhadores, uma carta do Capitão Francisco de Barbosa Leal informava que não havia índios suficientes para a condução dos mantimentos, ferramentas e mais instrumentos necessários para a fabricação e a averiguação do salitre<sup>149</sup>. Entretanto ao longo das diligências, administradores de índios como João Peixoto Viegas e Gaspar Roiz Adorno contribuíram constantemente com indígenas para continuar o trabalho nas averiguações do mineral<sup>150</sup>.

Segundo um Relatório do Conselho Ultramarino de 1679 sobre as minas no Sertão das Jacobinas, a retirada do salitre dessa região envolveria grandes investimentos, pois não se poderia conduzir o minério em estado bruto, misturados com terras e pedras. Logo, seria necessária a instalação de fábricas ou oficinas no mesmo sítio das minas, onde se separaria o salitre e o recolheria puro em armazéns, uma casa para o feitor e alojamentos para a mão de obra que executaria o serviço. Esses percalços explicam porque o

---

<sup>147</sup> Cf. PUNTONI, Pedro. “No íntimo dos sertões” e “O país dos tapuias” in: *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Hucitec / Edusp, 2000.

<sup>148</sup> SANTOS, op. cit., 2017, p. 47.

<sup>149</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos governadores Geraes. Vol. IX da série e VII. p. 77. Cf. BARROS, Rafael dos Santos Barros. Índios escravizados na Bahia setecentista: apenas uma questão de terminologia. *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas. Sociedades, natureza e territórios: história e arqueologia*, v. 18 n. 33, 2018, p. 122.

<sup>150</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos governadores Geraes. Vol. IX da série e VII. p. 78.

empreendimento só foi levado a frente a partir do Governo de D. João de Lencastre (1694-1702)<sup>151</sup>.

Por conta da utilidade do mineral, investidas continuaram sendo feitas com o objetivo de exploração e refino de salitre. Entre 1690 e 1699 as expedições de sertanistas percorreram os sertões da América Portuguesa em busca de riquezas minerais<sup>152</sup>, sobretudo de ouro, prata e salitre. Héliida Conceição, ao estudar a trajetória do sertanista Pedro Barbosa Leal, destacou que foi um dos principais armadores de uma expedição em 1695 que levou o governador-geral do Brasil D. João de Lencastre ao sertão de Itabaiana, em busca de minas de salitre<sup>153</sup>.

Juntamente a este momento, estava o mestre de campo Pedro Leolino Mariz apontado como descobridor das minas de salitre no Alto Sertão da Bahia<sup>154</sup>, o qual servia de superintendente das Minas Novas do Arassuahy e possuía vasta experiência nas averiguações, exames e investigações do mineral, o mesmo já havia solicitado do governo geral do Estado do Brasil que se estabelecesse uma fábrica regular, para a exploração de salitre<sup>155</sup>.

Com o sucesso da expedição em 1697, D. João de Lencastre erigiu duas fábricas de refinação de salitre nos sertões baianos, nomeando Pedro Barbosa Leal como administrador<sup>156</sup>. Com seu amplo conhecimento em expedições auríferas e conhecedor dos sertões baianos, era o indivíduo mais capacitado e de confiança de D. João de Lencastre para ser responsável no exercício de administrador da fábrica. No ato de nomeação o governador geral alegou que o coronel tinha sido provido no ofício de

---

<sup>151</sup> SANTOS, Solon Natalicio Araújo de. Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 83.

<sup>152</sup> CONCEIÇÃO, op. Cit, p. 114.

<sup>153</sup> CALMON, *Apud* CONCEIÇÃO, op. cit. p. 346.

<sup>154</sup> Estrela (2003, p. 39) identifica o Alto Sertão baiano como uma região formada “por toda a Serra Geral e franjas das microrregiões econômicas do Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu”. Para Neves (2005, p. 19), “embora haja quem estenda seus limites ao sul, por parte do atual Estado de Minas Gerais e, ao norte, para além da Chapada Diamantina”, esse território “abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco”, portanto não possui contornos precisos *apud* LIMA, Zamana Brisa Souza. Museu do Alto Sertão da Bahia: diálogos entre museu de territórios e culturas digitais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2016, p. 25.

<sup>155</sup> ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. Memórias Históricas e políticas da província da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1925. Vol. 2, p. 190-191.

<sup>156</sup> Já no governo de D. Rodrigo da Costa, o capitão-mor Antônio de Almeida Velho era administrador dessa mesma Fábrica de Salitre.

administrador por ser “muito capaz nesta ocupação, de que eu o julgo benemérito, pelas experiências que eu tenho do seu zelo, experiência e atividade e bom procedimento<sup>157</sup>.”

As correspondências trocadas entre as autoridades coloniais apontam fatores essenciais para a edificação das fábricas de refino de salitre no sertão baiano, sobretudo o uso da mão de obra indígena para trabalhar no labor. Ainda que em alguns casos, tenha-se instalado um conflito aberto pelo controle dos territórios conquistados, em outras circunstâncias, preferiu-se uma estratégia de alianças e acordos<sup>158</sup>. Em sua tese defendida recentemente, Rafael Barros apresentou um quadro no qual mencionou os aldeamentos responsáveis por fornecer índios para o trabalho no salitre.

Quadro 2: Aldeamentos responsáveis por fornecer índios para o trabalho no salitre entre 1697 - 1706

<b>Aldeia</b>	<b>Administrador</b>
Aldeamento do Jacuípe	Padre Manuel de Barros
Aldeia Itapororocas	Joao Peixoto Viegas
Aldeia particular	Gaspar Roiz Adorno
Aldeamento do Rio São Francisco	Frei Miguel de São Jeronimo
Aldeia dos Payayas	Frei Lourenço de Jesus
Aldeia das Alagoas	Paulo Gonçalves
Aldeamento do Sahy	Frei Luís da Penha

Fonte: BARROS, 2021, p. 122

Na Bahia setecentista, a escravidão indígena foi resultada da agencia de indivíduos que conseguiram fazer uma administração privada, pois os índios eram agregados de um senhor particular, o qual tinha como principal obrigação sustentar, vestir e ensinar os bons costumes. Do ponto de vista jurídico, ao menos teoricamente, o que diferia um índio administrado de um índio escravo estava relacionado à possibilidade de venda que este último poderia estar submetido<sup>159</sup>.

<sup>157</sup> AAPMEB, Bahia: Imprensa oficial do Estado, ano 4, v. 6-7. Administração da fábrica de Salitre. Nomeação de Pedro Barbosa Leal, p. 353-354. In: CONCEIÇÃO, Héliida Santos. “Pedro Barbosa Leal e a colonização do sertão da Bahia no século XVIII.” In: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. ANAIS DO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364664672\\_ARQUIVO\\_PedroBarbosaLealeacolizacaodosertaodaBahia.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364664672_ARQUIVO_PedroBarbosaLealeacolizacaodosertaodaBahia.pdf).

<sup>158</sup> SANTOS, op. cit., 2017, p. 30.

<sup>159</sup> BARROS, Rafael dos Santos. Índios escravizados na Bahia setecentista: apenas uma questão de terminologia. Especiaria - Caderno de Ciências Humanas. Sociedades, natureza e territórios: história e arqueologia, v. 18 n. 33, 2018, p. 129.

No caso do salitre, os indígenas deveriam receber pagamentos para serviços, contudo nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre os índios, os colonos e os missionários<sup>160</sup>. Em 1704, em uma carta do vice-rei, o Capitão-mor Antônio de Almeida Velho foi informado que os oficiais e mais pessoas que assistem nas fábricas de salitre faziam mal ‘usos’ das índias solteiras que eram retiradas das aldeias para os trabalhos no salitre<sup>161</sup>.

Levando em consideração que na América colonial não eram raros os casos de abusos sexuais dos colonos contra as indígenas<sup>162</sup>, certamente eram abusadas pelos sertanistas e oficiais responsáveis pela extração do mineral. A documentação e a quantidade de cartas recomendando que os agentes coloniais não buscassem índias solteiras para o trabalho nas minas de salitre<sup>163</sup> só confirma que a violência era um elemento recorrente no trato com as índias.

Outro conflito existente foi com os missionários que administravam as aldeias e aldeamentos, estes resistiram ao projeto colonial não autorizando o trabalho dos índios aldeados nas fábricas de salitre. Em 1705, D. Rodrigo da Costa, após suceder o governo de D. João de Lencastre e ter dado andamento nas fábricas de salitre<sup>164</sup>, escreveu cartas a dois missionários franciscanos, Lourenço de Jesus e Manuel de Barros de Afonseca<sup>165</sup>, os quais demonstravam resistências para entregar os índios ao administrador e capitão-mor Antônio de Almeida Velho. No mesmo ano escreve ao Capitão-mor

“ No particular dos índios que são necessários para o trabalho do salitre os mandará Vossa Mercê buscar as aldeias na forma em que sempre o fez, e a pessoa que Vossa Mercê mandar pelos ditos índios, os pedirá ao Padre

---

<sup>160</sup> SANTOS, op. cit., 2011, p. 84.

<sup>161</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1714). Vol. XL. p. 170.

<sup>162</sup> SILVA, Amanda Cristina Souza da. Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas. Anais do III Encontro de Discentes de História da Unifap. Macapá: 2017, p. 2.

<sup>163</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1714). Vol. XL. p. 172.

<sup>164</sup> Em 1704, chegou a D. Rodrigo da Costa a existência de terras salitrosas nas margens do Rio Jacaré, as quais foram examinadas por Gaspar dos Reis Pereira. No ano seguinte, o governador-geral do Brasil escreveu uma carta ao ajudante Luiz Antunes Portugal solicitando a averiguação das ditas minas na presença do Capitão-mor Antônio de Almeida Velho para verificar esses supostos descobrimentos na região de Morro do Chapéu junto ao Rio Jacaré. Gaspar dos Reis Pereira, alegava que havia abundância de salitre e com bastantes conveniências para o seu labor. Porém, após as averiguações concluiu-se que era tão pouco salitre que não compensava a exploração pela grande despesa que seria feita.

<sup>165</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711). Vol. XL. p. 126.

Missionário, e quando repunge [sic] dá-los, os mandará Vossa Mercê buscar por força<sup>166</sup> [...]”.

Contudo, administradores particulares que conseguiram controlar a mão de obra indígena contribuíram para o fornecimento de índios para o trabalho nas fábricas de salitre. Destaca-se o Capitão-mor Paulo Gonçalves administrador dos índios de etnia Payayá e Sacuriú. Em 1706, o governador-geral reconheceu os seus serviços à coroa “com grande zelo” e solicita que continue no serviço do salitre com o mesmo cuidado que se fez até aquele momento, na esperança de que seja agraciado com mercês<sup>167</sup>.

Apesar da bibliografia existente acerca desse período afirmar que entre 1696-1706 o uso da mão de obra nas fábricas de salitre teria sido exclusivamente indígena, pode-se flexibilizar essa interpretação ao confrontarmos informações presentes em um documento sobre o funcionamento da fábrica de salitre.<sup>168</sup>

O documento sob forma de relatório, está custodiado no Arquivo da Casa de Cadaval foi mencionado pelo pesquisador Márcio Roberto Alves dos Santos em sua tese de doutorado. Segundo o autor, embora o relatório não apresente data nem assinatura, pode-se levantar a hipótese de que o mesmo fora escrito por Dom João de Lencastre quando ele ainda estava ocupando o posto de governador geral do Estado do Brasil, e teria sido escrito logo após a instalação das fábricas de refinação de salitre nos sertões baianos<sup>169</sup>. O documento tem caráter informativo e opinativo sobre a atividade de extração do mineral e buscava justificar o parcial insucesso do empreendimento. Assim o relatório menciona que a fábrica contava com catorze escravos negros e um número indeterminado de trabalhadores índios. Os primeiros eram responsáveis pela operação de duas caldeiras e das vinte tinhas, nas quais a terra salitrosa era fervida para a separação do mineral. Aos índios cabia o carregamento da lenha para a alimentação das caldeiras e o transporte terrestre do salitre da Jacobina até o porto da Cachoeira, de onde seguia em embarcações para a Bahia<sup>170</sup>.

---

<sup>166</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711). Vol. XL. p. 124.

<sup>167</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711). Vol. XL. p. 135.

<sup>168</sup> [Carta do governador-geral ao rei],[entre 1697 e 3. jul. 1702], ACC, cód. 1087, volume II 1k, fls. 505-507 *apud* SANTOS, op. cit., 2017, p. 334.

<sup>169</sup> SANTOS, op. cit., 2017, p. 334.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 334.

As fábricas de refino de salitre estavam localizadas nas terras da Casa da Torre. Dom João de Lencastre confiante nos resultados da exploração persuadiu a coroa a negociar um contrato de exploração de fornecimento de salitre no sertão da Bahia com os D'Avilas. Em 1697, teve início a negociação de um contrato com Leonor Pereira Marinho, Senhora da casa da Torre<sup>171</sup>, o qual solicitava que a mesma daria princípio ao estabelecimento da fábrica enquanto a coroa não mandasse oficiais e apertos necessários para o estabelecimento da dita fábrica.

De acordo com o referido contrato, a casa da Torre se comprometia a fornecer 25.000 quintais de salitre no porto de Cachoeira e arcaria com os custos do trabalho de sua exploração e transporte, em contrapartida a coroa faria várias mercês a Garcia d'Ávila Pereira, como o foro de fidalgo, o hábito da Ordem de Cristo e o direito de exercer a donataria de juro e herdade, com jurisdição ordinária e a administração temporal de todas as aldeias indígenas situadas nas terras da Casa da Torre<sup>172</sup>.

O governador-geral D. João de Lencastre considerou que alguns pontos do referido contrato concediam poderes muito avultados aos d'Ávila, e solicitou que a coroa revisse alguns itens do contrato, tendo o mesmo sido retificado ainda em 1697. Leonor Pereira Marinho alegou que alguns compromissos negociados por seus procuradores em Lisboa não eram viáveis a Casa da Torre e solicitou novos reajustes. Até o 1706, ano de paralisação da produção de salitre, foram negociadas diversas revisões por cada uma das partes<sup>173</sup>.

Ainda que as amostras enviadas a Lisboa apontassem e confirmarem a qualidade do mineral, a falta de conhecimento técnico e de pessoas práticas (polvoristas<sup>174</sup>) que soubessem trabalhar com o mineral<sup>175</sup> fizeram com que o empreendimento não fosse

---

<sup>171</sup> Inicialmente a proposta da coroa era chamar Antônio Guedes de Brito para administrar as minas de salitre. Entretanto, Antônio Guedes de Brito remeteu uma carta ao governador Afonso Furtado do Castro do Rio de Mendonça demonstrando seu desinteresse na administração e contrato das minas de salitre. Apesar de não querer para si, Guedes de Brito se oferecia para ajudar a entabular e conduzir o salitre por tempo de dois anos às custas de seus cabedais. Cf. BARROS, op. cit., p. 116.

<sup>172</sup> PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. As ruínas da tradição: A casa da torre de Garcia d'Ávila-Família e propriedade no nordeste colonial. 308f. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. USP, São Paulo, 2003, p. 186.

<sup>173</sup> PESSOA, op. cit., 2003, p. 186.

<sup>174</sup> A partir de 1750, o responsável pela refinação do salitre passou a ser chamado de mestre refinador/salitreiro.

<sup>175</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Portarias e cartas dos Governadores Geraes (1670-1678). Vol. VIII. p. 85.

rentável. A purificação do salitre envolvia processos particulares para o seu refino. Assim, o mineral já era marcado por incertezas e altos custos:

Primeiro se deviam lavar primeiro as oficinas no mesmo sítio das minas, as quais deviam constar de uma grande casa para as tinas e caldeiras onde se haviam de separar o salitre, outro armazém para se recolher depois de puro, casas para o almoxarife ou feitor e alojamento para os negros de todos gasto aquele serviço além dos quartéis que eram necessários para alguns soldados que segurassem a estância dos assaltos dos índios circunvizinhos, além das despesas de outros acessórios incidentes, que se deviam considerar para a conservação e estabelecimento desta fábrica<sup>176</sup>.

Apesar do grande custo envolvido nas operações e dos resultados desanimadores, os envolvidos nas investidas, expedições e conduções do mineral obtiveram vantagens políticas consideráveis, como a recompensa para a Casa da Torre com a obtenção do foro de fidalgo para Garcia d' Ávila Pereira e de vários privilégios para a família e colonos envolvidos nas explorações<sup>177</sup>. O cargo de administrador das fábricas ocupado por Pedro Barbosa Leal foi de suma relevância para manter relações clientelísticas com a coroa e administradores do governo geral, as quais renderam-lhe nomeações tal como a de superintendente das minas de Jacobina, durante o governo do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes. Além disso, Pedro Barbosa Leal teve sua única filha legítima, D. Úrsula de Monserrate, apadrinhada por ninguém menos do que D. João de Lencastre, ficando evidente a importância dos seus serviços prestados e seu prestígio social naquela sociedade de Antigo Regime<sup>178</sup>.

Por conseguinte, considero que no início do século XVIII o salitre foi um recurso socioecológico aliados aos interesses bélicos e geopolíticos da monarquia portuguesa. Ainda que experimental, essa primeira tentativa de apropriação da exploração do salitre demonstra as relações estabelecidas pelos colonos com o mundo natural. Ademais, os colonos empenhados em prestar serviços a coroa reconheciam a importância do mineral para o império português e utilizaram esse conhecimento para defender interesses específicos.

---

<sup>176</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Cartas Régias (1667 – 1681), volume LXVII. p. 233

<sup>177</sup> PESSOA, op. cit., 2003, p. 186. p. 187.

<sup>178</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; CONCEIÇÃO, Héliida Santos. O Antigo regime e a economia costumeira na América portuguesa no século XVIII: notas para um debate. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII) / organização Carla Maria Carvalho de Almeida (Org). - 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2019, p. 266.

## 2.1 Salitre nos Montes Altos: prospecção, comissão e exploração

Após as primeiras experiências com o Salitre no final do século XVII durante os governos de D. João de Lencastre e D. Rodrigo da Costa, as minas de salitre voltaram a chamar atenção das autoridades coloniais três décadas mais tarde. As sociedades coloniais, obviamente não eram estáticas. Com o avanço do processo de conquista das áreas coloniais, novas necessidades surgiram as quais requeriam o desenvolvimento de novas técnicas que foram sendo desenvolvidas para permitir maior aproveitamento dos recursos tropicais. Assim novas sugestões chegaram também do velho mundo<sup>179</sup>.

Entre 1755 e 1763, a comunicação política entre a coroa e colonos constatava a qualidade do salitre, as estratégias de exploração e destacava a importância do minério para a coroa portuguesa que, naquela época, estava imersa num contexto de guerras europeias e perdera o controle para a Inglaterra<sup>180</sup> da exploração desse minério nas possessões asiáticas. Apesar das atribulações, o Intendente das Minas Novas de Araçuaí Pedro Leolino Mariz enviava à Portugal amostras de salitre retiradas de minas nos sertões da Bahia. Paralelamente aos estudos técnicos do salitre que estavam sendo realizados nas áreas de conquista, em 1755 eclodiu um terremoto no mar o qual alcançou a costa portuguesa e destruiu quase que completamente a cidade de Lisboa<sup>181</sup>. Assim, as correspondências sobre o salitre deixaram de constituir como assunto constante. Mas não demorou muito para a coroa incentivar e reafirmar a relevância da exploração do salitre. O ano de 1758 foi marcado por grande atividade de averiguações nas Serras, local de onde foram enviadas inúmeras cartas, documentos cartográficos e prescrições acerca das vantagens de reativar a exploração do salitre naquela região.

De acordo com Damião Peres, a descoberta dos depósitos nítricos na Serra dos Montes Altos coincidia com interesses militares, políticos e econômicos, tendo em vista os conflitos que perturbavam a Europa no século XVIII<sup>182</sup>. Deste modo, o salitre poderia ser

---

<sup>179</sup> HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império colonial português. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Na trama das redes. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 73.

<sup>180</sup> RAMOS, op. cit., 2020, p. 1.

<sup>181</sup> SILVA, Julio Cesar da Costa. O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 35.

<sup>182</sup> PERES, Damião. Um capítulo da história econômica bahiana e sua integração na vida política luso-brasileira de setecentos: A exploração de salitre no Monte Alto. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 77, 1952, p.207 – 216.

um recurso natural decisivo na política de defesa em relação a ataques das nações estrangeiras, pois ao abastecer as casas de pólvora promovia a supremacia bélica portuguesa. Para além desse aspecto militar, o interesse na exploração do salitre perpassava dois intuitos – o político, voltado para a expansão das áreas de conquistas, e o econômico – ficando independente da Ásia e dos mercados holandeses, Portugal passaria da posição de ‘comprador’ para ‘vendedor’<sup>183</sup> e seria autossuficiente neste gênero mineral.

Despertado o interesse da coroa, alguns agentes foram enviados aos Montes Altos para fazer examinar e averiguar a existência de salitre. Os estudos mineralógicos no século XVIII englobavam a geografia física e a geografia mineral. Consequentemente, a atividade de campo era imprescindível para a produção do conhecimento. Em 1757, o vice-rei, conde dos Arcos, proveu alguns homens para fazer a averiguação do mineral, mas por conta da cheia do Rio São Francisco os exames nas ditas serras só foram feitos no ano seguinte<sup>184</sup>. Composta por João Pedro Henrique da Silva - desembargador, o sargento-mor Engenheiro Manuel Cardoso Saldanha, o tenente da Infantaria Francisco da Cunha de Araújo e o mestre de campo Pedro Leolino Mariz, essa empreitada objetivava dar execução aos exames e todas as mais investigações acerca do salitre. Em ofício enviado a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, o Vice-Rei Conde dos Arcos expressou:

Nomeie um Ministro desta Relação e um oficial militar deste Estado, que achar mais dignos da minha confiança para irem incorporar-se com Pedro Leolino a examinarem com ele, se com efeito há do referido material huma tão grande abundância, que valha a despeza, que se fizer para o conduzir, encarregando a este emissários todas as mais diligências e exactas averiguações. Em execução do que nela se me determina nomeei ao Desembargador João Pedro Henriques da Silva, porque entre todos os desta Relação, julguei que era o mais prático dos Sertões. Para acompanhar a mesma diligência, tenho nomeado ao Alferes de Infantaria Francisco da Cunha, que é igualmente prático nesses sertões e juntamente nomeie ao Sargento mor Engenheiro Manuel Cardoso de Saldanha, de quem confio, fará as mais exactas averiguações, a respeito da posição das terras, como da demarcação do caminho<sup>185</sup>.

Entre os comissários, destaco a figura do Manuel Cardoso de Saldanha<sup>186</sup>, um relevante agente da história da engenharia militar da Bahia, que desempenhou vários serviços para

---

<sup>183</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>184</sup> AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 135, Doc. 10452.

<sup>185</sup> AHU, Eduardo Castro e Almeida, Cx. 14, Doc. 2640.

<sup>186</sup> Manuel Cardoso Saldanha nasceu em Estremoz, no ano de 1703, ingressou na carreira militar no posto de ajudante do Terço de Infantaria Auxiliar, sendo nomeado em 1735 Capitão da Companhia de Infantaria Auxiliar dessa Praça. Em 1741, como atesta a sua diligência de habilitação ao Santo Ofício, ainda exercia esse cargo na Praça de Estremoz. Permaneceu no Alentejo até 1749, data em que foi promovido ao “posto de Sargento-Mor Engenheiro da Praça da Bahia” na América Portuguesa. SEIXAS, Raquel A. Assunção

a coroa, bem como diversas parcerias de trabalho nos quais realizou e desenvolveu importantes projetos em diversas áreas da arquitetura colonial, constituindo um promissor na arquitetura civil, religiosa e sobretudo militar. Além disso, foi um importante contribuinte na formação de outros profissionais como lente da Aula Militar<sup>187</sup>. Em colaboração com Caldas<sup>188</sup> esboçaram a planta topográfica da Serra dos Montes Altos (figura 4).

Figura 4: Planta topográfica da Serra dos Montes Altos



AHU. Nitradeira dos Montes Altos - Planta topographica e prospectos da Serra dos Montes Altos: que está em 16 graos e 25 minutos de latitud pa. o sul, e em 339 graos e 46 minutos de longitud, na qual se mostrão os lugares examinados pelos comisarios desta diligencia pa. conhecimento do Salitre, q. ha nela. 1758. Disponível em < <http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301399>>. Acessado em 20 de maio de 2022.

Junto com o envio do mapa, os autores descreveram a planta topográfica e prospectos da Serra dos Montes Altos,

do Rosário. O Barroco na arquitectura religiosa: entre Portugal e o Brasil. O modelo das torres oblíquas. In: Espacios y muros del barroco ibeamericano. 1ª edição, Santiago de Compostela y Sevilla, 2019, p. 266.

<sup>187</sup> A Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Bahia, tiveram como professores Miguel Pereira da Costa (1709) e Manuel Cardoso de Saldanha (meados do século XVIII) que formou excelentes desenhistas e o conhecido como seu discípulo José Antônio Caldas (1761).

<sup>188</sup> Caldas era um grande desenhista e ativíssimo engenheiro da praça da Bahia, nasceu na cidade do Salvador, de que seu pai era natural. Caldas era de confiança para Saldanha, percebe-se quando Saldanha indica Caldas para trabalhos de engenharia em África, então portuguesa. Após o falecimento de Saldanha em 1767, José Antônio Caldas tornou-se o único engenheiro da Bahia, sendo apontado descrito como capitão e professor nas aulas militares. Entrou na Aula Militar da cidade, e como partidista dessa firmou a planta e elevação do seminário de N. S. da Conceição no lugar da Saúde, que os Jesuítas pretendiam levantar. SMITH, Robert Chester. Vol. 1- Arquitetura e Urbanismo. Organização: Nestor Goulart Reis Filho. Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 65.

Está em 16 graus e 25 minutos de latitude para o sul e em 339 graus e 46 minutos de longitude, na qual se mostram os lugares examinados pelos comissários desta diligência para o conhecimento do salitre que há nela. Toda esta serra é cortada e talhada nos lugares em que a mina do salitre se descobre naturalmente e tem morros de terra encostados por cuja razão faz a serra muitas voltas pela parte inferior. Está toda cheia de caatingas (é uma espécie de arvoredo mediado e intrincado) que dão lenha em abundância para as fábricas de salitre não só na serra, mas em toda a sua vizinhança e vertentes com águas notadas nos três lugares: Coqueiros, Cuiaté e Cacunda. A letra Z mostra o prospecto notado na planta com a linha de pontinhos. S, T e a letra Y mostra o prospecto notado na planta com a de linha pontinhos V, X.

Esse mapa foi de suma importância para entender o espaço em estudo, dado que apresenta os resultados dos exames feitos pela comissão por toda a extensão das Serras dos Montes Altos, destacando a localização de rochas, minérios, rios, cadeias de montanhas e aspectos hidrográficos que cercavam o território das minas salitrosas<sup>189</sup>. Ao longo das serras foram realizados 07 exames com o objetivo de comprovar a abundância do nitro. Nessas averiguações se extraíram 2 surrões (sacos de couros) de salitre, que foram remetidos a Lisboa para os estudos técnicos do mineral. Nas cartas enviadas juntamente às amostras, os comissários já asseguravam a abundância do mineral e afirmavam que era possível erigir 3 fábricas de salitre naquele território.

Logo após a realização dos experimentos nas ditas serras, passaram a realizar estudos voltados à hidrografia local, sobretudo nos ribeirões e córregos que foram encontrados naquele distrito. O propósito do estudo era certificar se havia uma quantidade expressiva de cursos de água, as quais eram necessárias para a instalação das fábricas. Após percorrerem os Montes Altos, concluíram que seria possível estabelecer as fábricas de refino do salitre, entretanto os lugares chamados Coqueiros e Cuyaté eram os mais apropriados para a instalação, pois não seria necessário grandes despesas para erigir, já o terceiro local chamado de sítio da Cacunda, por conta da irregularidade dos terrenos e dos grandes morros implicaria em grande despesa<sup>190</sup>.

Além dos mais, depois dos exames da produção do salitre e das águas, esses comissários precisaram examinar a longitude e demarcarem os lugares em que se devia estabelecer pontos de paradas dos carros ou carretas que conduziriam o salitre bruto<sup>191</sup>. Os documentos cartográficos eram estratégias de utilidade prática, a planta topográfica com certeza serviu diretamente para demarcação das minas de salitre, como também das

---

<sup>189</sup> SILVA & CAVALCANTI, op. cit., 2021, p. 387.

<sup>190</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 135, Doc. 10452.

<sup>191</sup> AHU, Bahia Avulsos, Cx. 135, Doc. 10452.

descrições geográficas das amostras retiradas e enviadas à coroa. Mapear significava conhecer o território, os mapas históricos, especificamente, são verdadeiros instrumentos de comunicação, posse e estratégia territorial, considerando as imprecisões e intencionalidades, a cartografia revelava a configuração territorial em um dado recorte temporal<sup>192</sup>.

A partir dos estudos dos comissários, a coroa assegurou-se da exploração de salitre e buscou investir nesse empreendimento. À vista disso, a confirmação da existência de salitre resultou em uma nova tentativa de extração do mineral, implantando assim em 1761 duas fábricas de refinação nos Montes Altos. Foi nomeado o Sargento-mor Luiz Antônio de Almeida Pimentel como administrador, auxiliado pelo engenheiro Manuel Cardoso Saldanha e pelo tenente da Infantaria Francisco da Cunha de Araújo, composta ainda por dois mestres refinadores, Damião Antônio e Manoel de Oliveira.

Ainda que o salitre fosse um produto estratégico e de suma relevância para a soberania militar, consecutivamente foi um mineral marcado por incertezas, dificuldades de extração, condução e exploração. Nos Montes Altos, por conta desses empecilhos, essa nova tentativa de exploração também não vingou e após o iniciar das explorações pouco se refinou salitre. No total, foram refinados e remetidos para a Bahia a quantia de 205 arrobas e 20 libras<sup>193</sup>. É importante frisar que os estudos nas amostras enviadas à Lisboa ao longo do tempo, só revelavam se o produto era de fácil refino, mas não da quantidade do minério ali existente. Assim, em 1763, Manuel Cardoso Saldanha notificou à coroa do seu regresso da Bahia, retirando-se com todos os oficiais e mecânicos<sup>194</sup>, suspendendo a exploração nitrosa naquele território pela falta de abundância do mineral.

Por muitas, e diversas ocasiões temos escrito à V. Ex.<sup>a</sup>, dando-lhe conta individual do desvanecimento da fábrica do salitre pela falta de mineral em abundância, que fizesse à conta a V. Mg. a respeito da avultada despesa da sua Real Fazenda com o estabelecimento, e continuação da mesma fábrica: Agora participamos com certeza de ficar recolhido à esta cidade. O Tenente Manoel Cardoso de Saldanha com todos os oficiais, e operários, que ainda estavam na serra dos Montes Altos, e tinham ido para o laboramento da fábrica; trazendo em sua companhia o cofre do cabedal, que restou das despesas, que se fizeram com o vencimento dos soldos, e jornais dos referidos oficiais, e operários<sup>195</sup>.

---

<sup>192</sup> ANDRADE, Adriano Bittencourt. A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do oeste baiano. Geosul, v. 28, n. 55, 2013, p. 82.

<sup>193</sup> AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6084.

<sup>194</sup> AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6084.

<sup>195</sup> AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6075.

Dois anos depois foi enviado um Ofício do Governo Interino para o Conde de Oeiras, em que se refere a descoberta do salitre nas Serras do Rio Verde Pequeno, pertencentes a Comarca de Jacobina e as análises a que procedeu o sargento-mor da Infantaria Luiz Antônio Pimentel<sup>196</sup>. Essa descoberta foi feita em 1764 por Antônio Gramacho Falcão e por dois mestiços, os quais remeteram ao ouvidor geral da comarca da Jacobina três cargas de salitre bruto retirado de duas serras. Nestas diligências, Falcão desempenhou algumas funções importantes como as averiguações e provimentos nas serras e aberturas de caminhos.

Nas cartas Romão Gramacho Falcão é descrito como um indivíduo conhecedor dos sertões e que teria possibilidade de trabalhar na exploração do mineral na serra do Rio Verde Pequeno. Assim, a coroa propôs que o sertanista fizesse a laboração do salitre, assegurando todos os acessórios necessários e em troca a coroa compraria os salitres apurados<sup>197</sup>. Por conta desses serviços prestados à coroa, em 1767, esse descobridor recebeu algumas mercês, como a isenção do quinto durante 20 anos, não pagamento direitos, não confisco de bens<sup>198</sup>. Porém, esse empreendimento não foi levado a frente por conta das atribuições que envolviam o trabalho com o salitre.

A mineração de salitre foi moldada pelas circunstâncias locais do ambiente biofísico, as especificidades do meio condicionaram a instalação das fábricas de salitre nos sertões baianos. Em meados do século XVIII, a possibilidade de se restabelecer oficinas de salitre e retomar a exploração do mineral exigia dos colonos novas táticas para lidar com as instabilidades do mineral. Assim, enquanto recurso socioecológico o salitre forjou um vínculo inconstante entre humanos e não-humanos. A composição, a estrutura mineralógica e o tecido ecológico dos Montes Altos impulsionaram a coroa portuguesa e colonos a buscarem instruções e estratégias para lidar com as nitreiras.

## **2.2 O Salitre e as expedições filosóficas**

Na história das ciências ocidentais, os séculos XVIII e XIX são marcados pelo grande número de expedições científicas, realizadas por diversos países europeus, com a

---

<sup>196</sup> AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 36, Doc. 6789.

<sup>197</sup> AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 36, Doc. 6791.

<sup>198</sup> AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 158, Doc. 12064.

finalidade de reconhecimento territorial, humano, zoológico, botânico e mineral<sup>199</sup>. Portugal também participou desse processo mobilizando dezenas de naturalistas, muitos deles nascidos nas próprias colônias da América Portuguesa, da África ou da Ásia e típicos representantes da época das luzes. Com o intuito de estudar as possibilidades de desenvolvimento dos setores agrícola e minerador,<sup>200</sup> essas ações coordenadas pelo império português foram denominadas Viagens Filosóficas<sup>201</sup>.

O grande esforço português durante a averiguação e sistematização dos produtos naturais das colônias portuguesas foi coordenado por Domingos Vandelli<sup>202</sup>. Era preocupação de Vandelli que os naturalistas que se formassem na Universidade de Coimbra fossem aproveitados nos quadros do governo ou procedessem a viagens científicas no reino e suas possessões. Numa clara tentativa de superar a crise nos setores de mineração e agricultura o Estado reformista procurou seguir as sugestões de Domingos Vandelli, comissionando homens que pudessem, por meio dos seus conhecimentos nas áreas de mineração e mineralogia, não somente inventariar os recursos minerais, mas propor formas para seu melhor aproveitamento.<sup>203</sup>

Simultaneamente a esse movimento, o salitre novamente voltou à tona através de cartas e provisões trocadas entre o Conselho Ultramarino e autoridades coloniais da América portuguesa. Assim, em 1797, o Governador Geral da Bahia, Alexandre de Sousa, notificou o vice-Rei D. Fernando José de Portugal sobre as minas de salitre, indicando a necessidade do polvorista da Praça da Bahia realizar experiências e informar os custos que poderiam ser feitos pela Fazenda Real. Com isso, percorreu sobre o salitre existente na capitania Bahia, nomeadamente em Montes Altos e cujo local já havia abrigado uma fábrica por conta da Fazenda Real<sup>204</sup>.

---

<sup>199</sup>PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de Viagem para a Investigação Científica do Território Brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2005, p. 58.

<sup>200</sup> Sobre as expedições filosóficas existem uma vasta bibliografia. Cf. MORAES, Eulália Maria Aparecida; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. *Filosofia Natural lusa: A Viagem Philosophica e a política iluminista na América portuguesa setecentista*. En: *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*. Vol. 4, No. 1. Bologna, 2012. pp. 75–91.

<sup>201</sup> FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça., SILVA, Cláudia Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das Viagens Filosóficas. pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 11, 2004, p. 714.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 716.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 716.

<sup>204</sup> BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Códice I. Cap. 29, volume XLII. p. 382.

Em 20 de março de 1798, Dom Fernando José de Portugal escreveu a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho referindo-se à comissão de que fora encarregado José de Sá Bittencourt Accioli para inspecionar as minas de cobre e as nitreiras dos Montes Altos na comarca de Jacobina.<sup>205</sup> Ali, este naturalista propôs a construção de uma estrada que fizesse a ligação dos territórios do interior ao litoral, instalou uma fábrica de salitre e escreveu pelo duas memórias sobre o tema<sup>206</sup>. Os escritos do naturalista tornam evidente seu domínio sobre o tema evidenciando as táticas para implantar as nitreiras. Sobre esse empreendimento o mesmo escreveu:

Aberta que seja a estrada para facilitar a condução de tudo o que for necessário transportar para os Montes Altos, onde se estabelecerão os laboratórios que se projetam, e fazer vir aos portos o salitre que se houve de fabricar: a segunda medida que se deve tomar é fixar ali gente necessária para os trabalhos, e oficiais de alguns ofícios indispensáveis aos novos estabelecimentos; para o conseguir não haverá outro meio senão mandar Sua Alteza Real vir da costa da África casais de pretos, que possam adaptar-se seja na manipulação de salitre, seja em procurar subsistência das pessoas que se houverem de fixar em tão remoto sertão<sup>207</sup>.

Accioli alegou que a maior dificuldade da exploração nesse momento é o transporte do material até ao porto da Bahia, portanto seria necessário introduzir a criação de bestas muares, as quais já transportavam gêneros como o algodão, o açúcar e café, e, portanto, também poderiam suportar o salitre. Ao realizar estudos nos Montes Altos, Accioli abordou a necessidade e apropriação daquele território para a formação de salitre através de nitreiras artificiais e naturais.

Em 1800, chegou à Bahia uma carta escrita por D. Fernando José de Portugal confirmando os estabelecimentos das nitreiras nos Montes Altos sob o governo de Aciolli. Apesar do seu interesse nesse empreendimento, nos anos anteriores ele havia feito várias investidas políticas envolvendo a agricultura<sup>208</sup> e as matas baianas<sup>209</sup> que lhe renderam

---

<sup>205</sup> FIGUEIRÔA; SILVA & PATACA, 2004, p. 725.

<sup>206</sup> PEREIRA, Rodrigo O. A Comarca De Ilhéus E As Políticas Botânicas Portuguesas (1768-1808). *Fronteiras*. v. 8, n. 3, 2019, p. 256.

<sup>207</sup> ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Sobre os meios econômicos de realizar a extração do salitre nos Montes Altos. *RIHGB*, ano 163, nº416, 2002, p. 312.

<sup>208</sup> Ao estudar o papel da Comarca de Ilhéus enquanto palco da formulação de políticas da Coroa portuguesa para a flora colonial local, na transição do século XVIII para o XIX, Rodrigo Pereira ressalta a figura de José Bittencourt e Accioli como importante naturalista atento ao papel da história natural para o desenvolvimento da região. Cf. PEREIRA, Rodrigo O. A comarca de Ilhéus e as políticas botânicas portuguesas (1768-1808). *Fronteiras*. v. 8, n. 3, p. 242-62, 2019.

<sup>209</sup> José Augusto Pádua destaca o naturalista como intelectual ilustrado e um importante agente nas discussões acerca da conservação das matas da Capitania da Bahia. Cf. PÁDUA, José Augusto. Aniquilando os naturais produções: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786-1810). *Dados*, 42, 3: 497-537.

maior destaque político na comarca de Ilhéus na capitania da Bahia e na metrópole<sup>210</sup>. No entanto, os estudos nos terrenos nitrosos foram as grandes responsáveis por seu acesso à Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual se manteve como sócio correspondente<sup>211</sup>.

Assim como Accioli, outros importantes teóricos da química e mineralogia como José Bonifácio de Andrada, Joaquim Velozo de Miranda, João Manso Pereira, José Vieira Couto estiveram inicialmente ligados às questões da produção em campo do salitre (natural ou artificial) ou de seu controle pelas autoridades reais<sup>212</sup>. As viagens executadas por esses agentes régios foram fundamentais para novas configurações de extração do salitre.

Os naturalistas desenvolveram e apresentaram descrições técnicas acerca do mineral de forma detalhada. A partir dos estudos mineralógicos foram localizadas ocorrências de salitre em diversas áreas de conquistas da coroa portuguesa, sobretudo, nos sertões das capitanias de Pernambuco<sup>213</sup>, Ceará, Piauí e Maranhão,<sup>214</sup> Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. O Quadro 3 apresenta a relação dos naturalistas responsáveis por expedições científicas relacionando as produções que resultaram em manuais e memórias mineralógicas sobre o mineral<sup>215</sup>.

Quadro 3:Expedições científicas em busca de minas de salitre na América Portuguesa (século XVIII e XIX)

Naturalistas	Capitanias	Ano	Produções
João da Silva Feijó	Ceará	1798	Estado presente das experiências do salitre na Ribeira do Alcântara em 1º de março de 1798
João Manso Pereira	São Paulo	1800	Cópia de huma carta sobre a nitreira artificial estabelecida na villa de Santos de capitania de S. Paulo <sup>216</sup>

<sup>210</sup> FONSECA, Halysson Gomes. Devastação e conservação das florestas na Terra de Tinharé (1780-1801). Salvador. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2010, p. 76.

<sup>211</sup> PEREIRA, op. cit., 2019, p. 256.

<sup>212</sup> FARIA, op. cit., 2019, p. 70.

<sup>213</sup> Em sua dissertação de mestrado, Tiago Silva Medeiros discorre de forma rápida sobre o impacto da exploração do mineral durante o século XVIII na capitania de Pernambuco. Cf. MEDEIROS, Tiago Silva. O outro lado da moeda: O desenvolvimento da economia sertaneja no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós- Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009, p. 50 – 68.

<sup>214</sup> Cf. GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 12, 2017.

<sup>215</sup> No espaço dessa pesquisa não foi possível analisar profundamente as memórias citadas, entretanto foram de suma importância para o estudo técnico do salitre. Pretende-se continuar os estudos das mesmas em pesquisas futuras em nível de pós-graduação.

<sup>216</sup> PEREIRA, João Manso. Cópia de huma carta sobre a nitreira artificial estabelecida na villa de Santos de capitania de S. Paulo. Lisboa: Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

José Vieira Couto	Minas Gerais <sup>217</sup>	1803	Memória sobre as salitreiras naturaes de monte rorigo
Vicente Jorge Dias Cabral	Piauí Maranhão	1803	Memoria sobre as Nitreiras naturais do Piauhy

Fonte: Elaborado pelo autor

Na capitania do Ceará, a exploração de salitre ocorreu no local conhecido como Tatajuba, uma fazenda quase despovoada localizada no distrito de Cacheiramobim, atual município de Quixeramobim. Próximo a esta mina havia uma montanha conhecida como Cadeia dos Montes, ou seja, uma feição morfológica que dividia os distritos de Quixeramobim e Canindé. Nesta montanha havia um penhasco de rocha calcária cujas cavidades e fendas estavam cravejadas por nitrato de potássio. Feijó sugeriu que o minério poderia ser extraído do local e transportado em estado bruto para a vila de Fortaleza, onde havia água corrente e melhores condições para purificar o minério antes de enviá-lo para o arsenal real<sup>218</sup>.

O naturalista João da Silva Feijó<sup>219</sup> enviou uma remessa das amostras de salitre para Portugal legitimando o início da extração de salitre na capitania do Ceará. A maior dificuldade enfrentada por Feijó foi realizar o tratamento das amostras de salitre da Mina da Tatajuba, pois não havia água de boa qualidade na região. A água seria fundamental para o processo de limpeza e purificação das amostras<sup>220</sup>. Logo após esse primeiro empreendimento, Feijó descobriu outras minas nas redondezas, porém as explorações de salitre na capitania foram suspensas em 1807 por não serem rentáveis para a Fazenda Real.

Na capitania de São Paulo, foram contratados os naturalistas João Manso Pereira, professor régio no Rio de Janeiro e Francisco Vieira Goulart, formado na Universidade de Coimbra, para a busca de terrenos salitrosos na capitania. Os primeiros resultados mais positivos apareceram em 1798. Goulart descobriu vestígios promissores de salitre em

<sup>217</sup> Anteriormente de Couto ser encarregado prospecção de jazidas de terra ricas em nitratos em Minas Gerais, o padre naturalista Joaquim Veloso de Miranda por diversas vezes enviou a Portugal amostras do salitre produzido na nitreira de Mau Cabelo. PEREIRA, Magnus R. de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, vol. 15, n. 29, 2014, p. 516.

<sup>218</sup> SILVA & CAVALCANTI, op. cit., 2021, p. 394.

<sup>219</sup> O pesquisador Magnus Roberto de Mello Pereira relatou que Feijó já havia participado da exploração de salitre em Cabo Verde, onde permaneceu por quatorze anos e ao retornar a Portugal foi mobilizado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho no domínio das técnicas de produção artificial de salitre. PEREIRA, Magnus R. de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, vol. 15, n. 29, 2014, p. 510.

<sup>220</sup> SILVA & CAVALCANTI, op. cit., 2021, p. 398.

Morro Branco e Manso na vila de Castro. Em 1799 Manso deu início à construção de uma nitreira artificial na Vila de Santos<sup>221</sup>. Entretanto, essa exploração também não obteve resultados efetivos.

Entre o final de 1799 e o início de 1803, Vicente Jorge Dias Cabral chefiou uma expedição científica que percorreu 16 freguesias e 956 léguas pela capitania do Maranhão e do Piauí. Nessa empreitada, a centralidade do salitre parece ter influenciado a própria composição da expedição<sup>222</sup>. Ao término da expedição Cabral demonstrava ter clareza das razões políticas e econômicas que motivaram não apenas a expedição, mas que provocaram um amplo movimento pelo “continente do Brasil”: “A diligencia do Salitre, sempre foi considerada, como huma das principaes, de q’fui encarregado”<sup>223</sup>.

No mesmo ano, José Vieira Couto<sup>224</sup> percorreu o território denominado de Monte Rorigo e redigiu a memória intitulada “*Memória sobre as salitreiras naturaes de monte rorigo*”<sup>225</sup>, na qual relata de forma detalhada sobre produção do salitre em Minas Gerais<sup>226</sup>. Ao tratar na primeira secção das salitreiras naturais, a principal preocupação de Couto era de que o salitre depositado “naturalmente” nas cavernas pudesse esgotar-se num futuro muito próximo. Couto observou que nesses lugares ao se cavar “mais profundamente, que exceda os dois palmos pouco mais ou menos, já não se topam os nitratos”. Sendo assim, sugere uma segunda maneira de evitar a falta de salitre a qual é

---

<sup>221</sup> PEREIRA, Magnus R. de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o século XIX. *Topoi*, vol. 15, n. 29, 2014, p. 517.

<sup>222</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 12(2), 2017, p. 555.

<sup>223</sup> CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Collecção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui, 1803*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN-RJ), Seção de Manuscritos I – 12, 2, 11, n. 1, fl. 59-60, 62. *Apud* GALVES, op. cit., 2017, p. 559.

<sup>224</sup> José Vieira Couto (1752-1827), era mineiro de Arraial do Tijuco (atual Diamantina, MG), estudou Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra e realizou importantes pesquisas mineralógicas no território brasileiro, principalmente entre os anos de 1789 e 1805 *apud* SILVA, Clarette Paranhos. O desvendar do grande livro da natureza: As práticas geocientíficas no Brasil colonial vistas por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 1999.

<sup>225</sup> COUTO, José Vieira. *Sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potassa, ou salitre (1803)*. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, v. 9, 1840.

<sup>226</sup> A produção bibliográfica sobre a ocorrência de salitre na capitania de Minas Gerais tem sido relevante e pode ser consultada em: FARIA, Luciano Emerich. *Mineralogistas e seus estudos sobre os minerais úteis nas Minas Gerais dos períodos colonial e imperial*. Tese de doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Química, 2019. PEREIRA, Magnus R. de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o século XIX. *Topoi*, vol. 15, n. 29, 2014, p. 498-526.

apresentada na seção seguinte e que compreenderia um projeto para a construção de salitreiras artificiais<sup>227</sup>.

Essa pretensão, segundo Couto, era plenamente justificável pois existia uma grande semelhança entre as condições das salitreiras artificiais e aquelas das cavernas descritas<sup>228</sup>. Couto dizia ser importante que o “salitreiro” soubesse que: “o nitrato de potássio, este sal cuja produção e colheita é o objeto das suas lidas, é composto de três princípios, oxigênio, azoto e potassa: a combinação dos dois primeiros constituem o ácido nítrico, e este depois com a potassa, o dito nitrato ou salitre<sup>229</sup>.”

Assim como ocorreu nas capitanias da Bahia, Ceará, São Paulo, Maranhão e Piauí, as condições de extração impossibilitaram a exploração rentável nos sertões da capitania das Minas Gerais, especialmente por falta de conhecimento técnico na refinação e dificuldade do transporte do material até as fábricas de pólvora nas principais vilas das capitanias. Entretanto, essas viagens em busca de salitre e de outros minerais inseriram-se nos esforços de recuperação econômica do império português por meio da exploração racional dos recursos naturais e resultaram no reconhecimento de diversos outros recursos naturais das colônias<sup>230</sup>.

---

<sup>227</sup> COUTO, op. cit., 1840, p. 399.

<sup>228</sup> FERRAZ, op. cit., 2008, p. 847.

<sup>229</sup> COUTO, op. cit., 1840, p. 399.

<sup>230</sup> FIGUEIRÔA; SILVA & PATACA, 2004, p. 727.

## Considerações finais

A história da ocupação humana nos sertões da América Portuguesa está estritamente ligada à distribuição e exploração dos recursos naturais<sup>231</sup>. A localização de depósitos de ouro, por exemplo, determinou a formação das primeiras vilas do sertão baiano e os tipos de depósitos determinaram diretamente a "longevidade" de sua exploração econômica<sup>232</sup>. A mineração do salitre juntamente com criação de gado, a exploração aurífera, o surgimento de aldeamentos e a distribuição de sesmarias condicionou o longo processo de construção colonial dos sertões das Jacobinas<sup>233</sup>.

As cartas, ofícios e provisões emitidas pelos governadores-gerais, sargentos-mores, engenheiros militares foram fundamentais na identificação das condições no além-mar e as barreiras para o aproveitamento do salitre como recurso mineral. As averiguações, exames, investigações e amostras enviadas do salitre comprovaram o mineral como um recurso natural que exigia procedimentos para o seu refino e por isso os empreendimentos régios não foram satisfatórios.

Considero que a exploração de salitre foi parte integrante dos fluxos da economia colonial e envolveu os interesses da coroa e dos seus funcionários, mas também dos colonos interessados em obter vantagens econômicas com o refino deste recurso. Simultaneamente, impactou nas relações sociais, políticas e econômicas, visto que não faltou empenhos dos colonos e da coroa portuguesa para erigir fábricas para refino e estudos acerca do mineral.

Na possibilidade de serem agraciados por meio de serviços desempenhados nas áreas de conquistas<sup>234</sup> os súditos não pouparam esforços para trabalhar na refinação do salitre. Assim, os agentes coloniais ao longo de todo o século XVIII reelaboraram técnicas diversas na tentativa da exploração do mineral. Este mineral foi um pretexto utilizado para recebimento de mercês, patentes e prestígios.

---

<sup>231</sup> FRANCO; DRUMMOND & GIUSTINA, op. cit., 2012, p. 29.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>233</sup> SANTOS, op. cit., 2011, p. 40.

<sup>234</sup> O sistema de mercês fez parte da sociedade do Antigo Regime, cujas origens remontam às guerras de Reconquista, quando o rei concedia, principalmente à aristocracia, terras e privilégios como recompensa de serviços prestados, não era uma prática restrita a Portugal, tendo-se disseminado pelo Império. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. HESPANHA, op. cit., 2010, p. 68.

O salitre, mesmo tendo sua exploração marcada por dúvidas, imprecisões, dificuldades de refino e condução, se apresentou como um elemento influenciador na dinâmica local dos sertões baianos. Ademais, exigiu da coroa portuguesa alianças comerciais com possessões asiáticas e foi nítida as relações mercantis com o Estado da Índia. Sem dúvidas, essa rede comercial proporcionou trocas de experiências entre os diferentes estados e evidenciou ainda mais a relevância do mineral para a supremacia bélica.

Na historiografia da mineração setecentista, poucos os trabalhos haviam se debruçado acerca das nitreiras nos sertões baianos. Portanto, este trabalho inaugura o debate da exploração de salitre na Bahia no século XVIII apresentando o mineral e suas relações em uma trama social da sociedade de Antigo Regime Tropical. Ademais o salitre foi um produto estratégico que estabeleceu diferentes performances entre os colonos dos sertões da América Portuguesa e mais especificamente na região do Rio de São Francisco.

A partir das discussões e aportes teóricos recentes da História Social, Ambiental e das ciências naturais buscou-se uma visão histórico-ambiental a respeito dos recursos naturais da América portuguesa. Como ressaltou Diogo Cabral, em qualquer lugar e em qualquer tempo as “sociedades” nunca são inteiramente humanas<sup>235</sup>, destarte, a natureza deve ser entendida como uma paisagem de fragmentos de todos os tamanhos, texturas e cores<sup>236</sup>, de tal modo os estudos socioecológicos precisam considerar os agentes não humanos e reconhecer as historicidades desses sistemas naturais<sup>237</sup>.

Ademais, esta monografia apresenta inúmeras possibilidades de continuidade da pesquisa, sobretudo por perpassar contextos com temporalidades diversas e por incorporar os sertões da América Lusa como parte do império ultramarino português. Através do estudo da comunicação política foi possível perceber o salitre como um produto militar e socioecológico que estabeleceu conexões mercantis para além das fronteiras internas da península ibérica.

Pondero que apesar de sinalizar algumas regiões nas quais houve ocorrências e exploração de salitre na América Portuguesa ao longo do século XVIII e início do século

---

<sup>235</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014, p. 497.

<sup>236</sup> WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 373.

<sup>237</sup> PÁDUA, op. cit., 2010, p. 97.

XIX, a bibliografia existente trata com maior incidência sobre as explorações de minas de salitre na capitania de Minas Gerais. Em relação aos sertões das capitanias de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e São Paulo, a história da exploração de salitre ainda precisa ser feita, sendo necessária uma sistematização dos documentos que lhes fazem referência.

A partir das análises de fontes primárias compreendeu-se que o salitre foi um recurso empreendido pela coroa nos sertões baianos e sua exploração evidencia o fato de que o reino e ultramar viviam uma singular relação de interdependência<sup>238</sup>. Em síntese, ainda que a refinação mineral do salitre na capitania da Bahia tenha passado por mudanças técnicas, econômicas, jurídicas e de gestão<sup>239</sup>, este recurso socioecológico na América Portuguesa reestruturou os interesses políticos, econômicos, sociais e ambientais da monarquia pluricontinental portuguesa.

---

<sup>238</sup>FRAGOSO, João; Maria de Fátima Gouvêa. Introdução: desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos Trópicos a Na trama das redes. In: FRAGOSO, João; Maria de Fátima Gouvêa. Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 20.

<sup>239</sup> CAPANEMA, op. cit., 2019, p. 256.

## Referências

### 1. Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa/Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco)

AHU, Eduardo Castro e Almeida, Cx. 14, Doc. 2640.

AHU, Coleção Eduardo Castro e Almeida, Cx. 19, Doc. 3587.

AHU, Coleção Eduardo Castro e Almeida, Cx. 20, Doc. 3710.

AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344.

AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5346.

AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6084.

AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6075.

AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 36, Doc. 6789.

AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 36, Doc. 6791.

AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 135, Doc. 10452.

AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 158, Doc. 12064.

AHU, Bahia Avulsos, Cx. 213, Doc. 15044.

### Instituto Histórico e Geográfico brasileiro

ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Sobre os meios econômicos de realizar a extração do salitre nos Montes Altos. RIHGB, ano 163, nº416, pag. 309-316, jul./set. de 2002.

ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Memória sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes-Altos. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, v. 3-4, 1845.

PERES, Damião. Um capítulo da história econômica bahiana e sua integração na vida política luso-brasileira de setecentos: A exploração de salitre no Monte Alto. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 77, 1952.

### Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Portarias e cartas dos Governadores Geraes (1670-1678). Vol. VIII.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos governadores Geraes. Vol. IX da série e VII.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711). Vol. XL.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Cartas Régias (1667 – 1681), volume LXVII.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Consulta do Conselho Ultramarino (1673-1683). Vol. LXXXVIII.

## **1.2 Documentos Impressos**

ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. Memórias Históricas e políticas da província da Bahia. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1925. Vol. 2.

CHAPTAL, Jean Antoine. Extracto acerca do methodo de se fazer nitrato de potassa ou salitre. Compilado de Elementos de Chymica. Lisboa, 1796. Disponível em <<http://books.google.com.br>>.

COUTO, José Vieira. Sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potassa, ou salitre (1803). O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, v. 9, 1840.

FORTES, Manuel de Azevedo. O Engenheiro Portuguez. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729.

SPIX, F. Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Segundo volume. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

Memória extrahida do Tratado de chimica aplicada as Artes por M. Dumas, para servir de Diccetorio na cala das Nitreiras naturaes, construção das Nitreiras artificiaes, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministerio da Guerra. O Auxiliador da Industria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. n. 8, 1845.

## 2. Fontes bibliográficas

ANDRADE, Adriano Bittencourt. A ocupação dos sertões no século XVIII. O caso do oeste baiano. *Geosul*, v. 28, n. 55, 2013.

ANTONY, Philomena Sequeira. *Relações intracoloniais : Goa-Bahia : 1675-1825*. Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG: Brasília, 2013.

BARROS, Rafael dos Santos Barros. Índios escravizados na Bahia setecentista: apenas uma questão de terminologia. *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas. Sociedades, natureza e territórios: história e arqueologia*, v. 18 n. 33, 2018.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. In: *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: jan/jun, 2008.

CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 31, 2014

CABRAL, Diogo de Carvalho. MOTA, Maria Sarita. Escrita e governança socioecológica no Antigo Regime tropical. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; et al. (orgs.). *História Ambiental: Natureza, Sociedade, Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza Política das minas: mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

CARDOSO, João Luís. A Fábrica da Pólvora de Barcarena e as "Ferrarias dei Rey": síntese da investigação realizada. In: *Mátia XXI: Número Especial Evocativo*, em memória do Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Herança cultural e patrimônio Científico. Casa de Portugal e de Camões: Portugal, 2021.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. *O Sertão e o Império: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, v.41, n.2, 2005, p. 154.

FARIA, Luciano Emerich. *Mineralogistas e seus estudos sobre os minerais úteis nas Minas Gerais dos períodos colonial e imperial*. Tese (Doutorado em Química) - Departamento de Química, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

FARIA, Luciano Emerich; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Salitre: o produto químico estratégico no passado do Brasil. *Quim. Nova*, Vol. 44, No. 4, 2021.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*, vol. 31, No.6, 845 – 850, 2008.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça., SILVA, Clarete Paranhos da; PATACA, Ermelinda Moutinho. Aspectos mineralógicos das Viagens Filosóficas. pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 11, 2004.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; GIUSTINA, Carlos Christian Della. O estudo do ambiente físico como base para a história ambiental: a geologia como cenário da ocupação humana no estado de Goiás. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). *História Ambiental: natureza, sociedade e fronteira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII.” *Tempo. Niterói*, v. 14, n. 27, dez/2009.

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império, *Penélope* 23 (2000).

FRAGOSO, João; Maria de Fátima Gouvêa. Introdução: desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos Trópicos a Na trama das redes. In: FRAGOSO, João; Maria de Fátima Gouvêa. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FONSECA, Halysson Gomes. Devastação e conservação das florestas na Terra de Tinharé (1780-1801). Salvador. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2010.

GANDOLFI, Haira Emanuela & FIGUIERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 279-297, jul | dez 2014.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 12(2), 2017.

GOMES, Mari do Carmo A. PILÓ, Luiz Beethoven. As minas de salitre: a exploração econômica das cavernas em Minas Gerais nos fins do período colonial. *Espeleotema*, São Paulo, v. 16, 1992.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império colonial português. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. Tradução: Ely Bergo de Carvalho. Esboços. v.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005. p. 11-29.

LOUREIRO, Marcelo José Gomes. A gestão da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668): notas de pesquisa. In: Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII / Rafael Chambouleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Natural Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

MASCARENHAS, José Manuel de. Portuguese overseas gunpowder factories, in particular those of Goa (India) and Rio de Janeiro (Brazil). In: BUCHANAN, Brenda J. (Org.). *Gunpowder, Explosives and the State: A Technological History*. Burlington: Ashgate Pub Co, 2006.

MASSEI, Roberto Carlos. Argila: A difícil relação com a natureza. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Natural Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. “Em diligência de se libertar”: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - Termo de Monte Alto (1810 - 1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra Da Estrela- RJ (1831-1870). Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira. “Basta olhar para o mapa”: cartografia e história ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, 5.1. 2016.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados* (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de Viagem para a Investigação Científica do Território Brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2005.

PEREIRA, Magnus R. de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, vol. 15, n. 29, 2014.

PEREIRA, Rodrigo Osório. A ciência na colonial comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808). Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História – UEFS, 2009.

PEREIRA, Rodrigo O. A Comarca De Ilhéus E As Políticas Botânicas Portuguesas (1768-1808). *Fronteiras*. v. 8, n. 3, 2019.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. As ruínas da tradição: A casa da torre de Garcia d'Ávila-Família e propriedade no nordeste colonial. 308f. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em História Social. USP, São Paulo, 2003.

PIVA, Teresa C. C. FILGUEIRAS, Carlos A. L. O fabrico e uso da pólvora no Brasil Colonial: o papel de alpoim na primeira metade do século XVIII. *Quim. Nova*, Vol. 31, No. 4, 2008.

PUNTONI, Pedro. “No íntimo dos sertões” e “O país dos tapuias” in: *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Hucitec / Edusp, 2000.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; CONCEIÇÃO, Héliida Santos. O Antigo regime e a economia costumeira na América portuguesa no século XVIII: notas para um debate. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII) / organização Carla Maria Carvalho de Almeida (Org).* - 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2019.

QUINTELA, António de Carvalho *et al.* A fábrica de pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos. Oieras: Portugal, 1995.

QUINTELA, António de Carvalho, CARDOSO, João Luís e MASCARENHAS, José Manuel. A Fábrica de Pólvora de Barcarena. História e Evolução Tecnológica entre os séculos XVI e XX. *Arqueologia & Indústria, Revista de Arqueologia Industrial*, n.º 2- 3, 2000.

RAMOS, Danielle da Silva. Expansão Econômica e de povoamento e configuração da elite em Monte Alto (Alto Sertão da Bahia, 1790 – 1850). In: *X Encontro Estadual de História da Anpuh-BA – Combates pela História. Vitória da Conquista. Anais. UESB, 2020.*

RODRIGUES, Carmem Marques. OS MAPAS DAS PEDRAS BRILHANTES: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771). Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão baiano. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Solon Natalicio Araújo de. Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SEIXAS, Raquel A. Assunção do Rosário. O Barroco na arquitetura religiosa: entre Portugal e o Brasil. O modelo das torres oblíquas. In: *Espacios y muros del barroco ibeamericano*. 1ª edição, Santiago de Compostela y Sevilla, 2019.

SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 47, 2007.

SILVA, Clarete Panharos da. GARIMPANDO MEMÓRIAS: As ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. UNICAMP. Campinas, São Paulo. 2002.

SILVA, Joaquim Perfeito. Aldeias pré-coloniais da tradição do aratu da Serra dos Montes Alto. Região Sudoeste da Bahia: Curitiba, 2020.

SILVA, Julio Cesar da Costa. O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SILVA, Marilda Santana da. CAVALCANTI, José Adilson Dias. Ciências naturais, história e os recursos minerais no Ceará colonial (1750-1822). CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, Jan-Jun, 2021.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. A guerra esquecida. Faces da História, v. 8, n. 1, 2021.

SILVA, Sandro Dutra e BARBOSA, Altair Sales. O Cerrado: complexidades biogeográficas para uma análise histórico-ambiental. In: SCHUCH, Cristiane Fortkamp *et al.* Biomas, historicidades e suas temporalidades: uma visão histórico-ambiental. São Leopoldo: Oikos, 2021.

SMITH, Robert Chester. Vol. 1- Arquitetura e Urbanismo. Organização: Nestor Goulart Reis Filho. Brasília, DF: Iphan, 2012.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991.